

Sérgio Lessa e Ivo Tonet

**PROLETARIADO
E
SUJEITO REVOLUCIONÁRIO**

© do autores

Creative Commons - CC BY-NC-ND 3.0

Diagramação: Enio Francisco Rosa

Revisão: Talvanes Eugênio Maceno e Estevam Alves Moreira Neto

Capa: Luciano Accioly Lemos Moreira

Catálogo na fonte

Departamento de Tratamento Técnico do Instituto Lukács

Biblioteca responsável: Fernanda Lins

T664p Lessa, Sérgio
 Proletariado e sujeito revolucionário / Sérgio Lessa, Ivo
Tonet. – São Paulo : Instituto Lukács, 2012.
 110 p.

 Bibliografia: p. 107-110.
 ISBN 978-85-65999-02-1

 1. Comunismo. 2. Proletariado. 3. Revolução. 4. Sujeito
 revolucionário. I. Título. II. Lessa, Sérgio.

CDU: 316.343.63

Esta obra foi licenciada com uma licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Brasil.

Para ver uma cópia desta licença, visite creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/ ou envie um pedido por escrito para Creative Commons, 171 2nd Street, Suite 300, San Francisco, California, 94105, USA.

Esta licença permite a cópia (parcial ou total), distribuição e transmissão desde que: 1) deem crédito ao(s) autor(es); 2) não alterem, transformem ou criem em cima desta obra e 3) não façam uso comercial dela.

1ª edição: agosto de 2012

INSTITUTO LUKÁCS
www.institutolukacs.com.br
institutolukacs@yahoo.com.br

Sérgio Lessa e Ivo Tonet

**PROLETARIADO
E
SUJEITO REVOLUCIONÁRIO**

1ª edição

Instituto Lukács

São Paulo, 2012

Ao Lamarck velho de guerra
(*in memoriam*)

Sumário

Introdução	7
Capítulo I – A gênese das classes sociais	9
Capítulo II – As classes sociais na história	17
Capítulo III – Burgueses e proletários	25
Capítulo IV – Burgueses, proletários e trabalhadores	41
Capítulo V – Emancipação política, democracia e cidadania	45
Capítulo VI – O que é uma classe revolucionária	51
Capítulo VII – A revolução proletária	57
Capítulo VIII – Possibilidade e necessidade da revolução proletária	63
Capítulo IX – A crise contemporânea	73
Capítulo X – O “fim” do proletariado	81
Capítulo XI – A atualidade de Marx e Engels	93
Conclusão	101
Bibliografia	107



Introdução

Este livro é um texto de introdução ao grave problema da definição do que seria a classe proletária e do papel histórico de sua revolução. Em muitos aspectos, é também um aprofundamento de vários temas e categorias que foram tratados na *Introdução à filosofia de Marx* (Expressão Popular, 2011).

Sendo um texto de introdução, está longe de esgotar os argumentos ou de examiná-los com a profundidade indispensável para a teoria revolucionária. Esperamos que sirva, na formação do nosso eventual leitor, de ponto de partida (e não de ponto de chegada) no exame do que seria a revolução que supere o capital e da classe que poderia liderá-la.

Tal como na *Introdução à filosofia de Marx*, nossos referenciais mais importantes foram as obras de maturidade de G. Lukács, em especial sua *Ontologia* e as de István Mészáros. A interpretação de Marx e Engels que estes pensadores tem oferecido influenciou decisivamente nossa própria leitura dos clássicos revolucionários. Esperamos que isso fique claro em muitas passagens do texto. Em todo o caso, explicitamos esta nossa posição no debate contemporâneo sobre o conteúdo e o significado do pensamento de Marx e Engels por uma questão de honestidade intelectual. Só explicitando, o mais claramente possível, nossos pressupostos tornamos possível ao leitor a apropriação crítica do que escrevemos.



Capítulo I – A gênese das classes sociais

O que distingue os humanos de todos os outros animais é sua capacidade de trabalhar. As abelhas produzem mel e permanecem sempre as mesmas, as formigas vivem sempre da mesma maneira. Os seres humanos, contudo, ao retirarem da natureza o que precisam, também se transformam.

As razões desse fato já foram discutidas na *Introdução à filosofia de Marx* (2011). Ao transformar a natureza nos meios de produção (ferramentas, fontes de energia, matérias-primas, etc.) ou nos meios de subsistência (comida, casa, roupas, remédios, etc.), os homens também produzem novas possibilidades e novas necessidades. Tais necessidades e possibilidades impulsionam o desenvolvimento tanto da sociedade quanto dos indivíduos que a compõem. A história da humanidade é esse processo de desenvolvimento da sociedade e dos seus indivíduos.

É isso, muito resumidamente, que faz com que os humanos sejam tão diferentes dos animais: apenas eles são capazes de trabalho, isto é, dessa forma de intercâmbio material¹ com a natureza que faz com que a transformação dela apenas seja possível com a simultânea transformação dos indivíduos e das sociedades. Por isso o trabalho é, para Marx, a categoria fundante do mundo dos homens² e, tam-

¹ Em alemão, *Stoffwechsel* (Marx: *Das Kapital*, MEW Bd. 23, p. 192). A tradução intercâmbio material é preferível a intercâmbio orgânico porque mais fiel ao original de Marx. Foi Miguel Vedda quem nos chamou a atenção para esse importante detalhe.

² Para um estudo mais aprofundado do caráter fundante do trabalho e as repercussões dessa tese de Marx para o ser social, cf. *A ideologia alemã* (Marx e Engels, 2009), *A origem da família, do Estado e da Propriedade Privada* (Engels, 2010) e *Humanização do macaco pelo trabalho* (Engels, 1976), *Para compreender a ontologia*

bém das classes sociais.

O modo pelo qual os humanos conseguem transformar a natureza determina em larga medida – portanto, não total ou absolutamente – a forma como a sociedade se reproduz. Em linhas muito gerais, cada modo particular de trabalho fundou um modo de produção. O trabalho de coleta fundou o modo de produção primitivo; o trabalho escravo fundou o escravismo, o trabalho do servo fundou o modo de produção feudal e o trabalho proletário é fundante do modo de produção capitalista.³

É preciso, ainda, mencionar algo que também já vimos na *Introdução à Filosofia de Marx*. O trabalho é sempre manual. A única maneira de se transformar a matéria natural é através de processos químicos, físicos ou biológicos, ou seja, por meio de processos também naturais. Por isso é preciso que a consciência empregue a matéria natural imediatamente sob seu controle (o corpo humano) para desencadear os processos naturais necessários para a produção almejada. Marx, em *O Capital*, se refere explicitamente a esta situação ao afirmar:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla sua troca material com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (Marx, 1983: 149).

Alguns capítulos adiante ele reafirma: “(...) como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma ‘criação da mão humana’ para consumir produtivamente forças da natureza.” (Marx, 1985: 17).

1. Trabalho de coleta e modo de produção primitivo

de Lukács (Lessa, 2012) e *Mundo dos Homens* (Lessa, 2012a). Por fim, os textos fundamentais: o capítulo V do Livro I de *O Capital*, de Marx e, de Lukács, “O trabalho”, capítulo de *Para uma ontologia do ser social*.

³ Como neste estudo vamos tratar mais especificamente do modo de produção capitalista, abordaremos apenas os modos de produção escravista e feudal que estão na sua origem. Também por isso, não analisaremos outros modos de produção como o asiático, as formas de transição entre o modo de produção primitivo e a sociedade de classes que tiveram lugar na África, na América e em várias partes da Ásia.

O período mais longo da história foi a chamada Pré-história. Ele se iniciou, segundo as pesquisas mais recentes, há cerca de 100 mil anos e terminou entre 12 e 10 mil anos atrás, com a Revolução Neolítica. As forças produtivas eram tão pouco desenvolvidas que o único trabalho possível era coletar na natureza o que já se encontrava pronto para o consumo. Por mais primitiva que seja esta atividade, ela já era superior ao intercâmbio dos animais com o ambiente. Ao recolher da natureza o que necessitavam, os humanos também se transformavam. Esse modo de trabalhar é a coleta.⁴

O fato de produzirem por meio da coleta impôs a todas as sociedades primitivas algumas características e limites. O constante deslocamento significava que as pessoas não podiam carregar senão o indispensável: um pouco de alimento, crianças e água. As ferramentas eram feitas com o menor emprego de tempo possível e eram abandonadas assim que a tarefa na qual eram empregadas se encerrava. Foi o período em que predominou a pedra lascada, bem antes das ferramentas de pedra polida e dos primeiros metais. O trabalho de coleta, que impunha que a sociedade fosse nômade, impunha também um forte limite ao desenvolvimento tecnológico. As ferramentas seriam sempre as mais simples e fáceis de serem feitas.

Essas comunidades que se mantinham pela coleta, com uma possibilidade muito limitada de desenvolvimento das ferramentas e tendo que se deslocar permanentemente, tinham uma terceira característica importante: eram muito pequenas, não passavam de bandos e, ao final do período primitivo, formaram tribos e associações de tribos. A produção simplesmente não era suficiente para uma sociedade mais numerosa.

Outra consequência da baixa produtividade da coleta é a necessidade imperiosa da cooperação de todos os membros da comunidade na produção. Sem a potencialização da capacidade de trabalho que brota da cooperação a humanidade não sobreviveria às carências do período primitivo. Por esta razão a coleta é sempre uma atividade comunitária, o que a distingue de todos os modos de trabalho das sociedades de classes. A economia era uma atividade que envolvia o trabalho de todos os indivíduos capazes de produzir e que estava sob o controle de toda a comunidade (mesmo daqueles que não podiam produzir, como os velhos e as crianças). Significa, também,

⁴ A antropologia e a arqueologia estão fazendo descobertas muito importantes sobre a Pré-história nas últimas décadas. A descoberta do *Homo floresiensis* está entre elas (Wong, 2005). Uma boa introdução são os livros de Richard Leakey (Leakey 1996 e 1999).

que todos tinham acesso, segundo as suas necessidades, ao que era produzido (Leacock, 2010). Desse modo, não havia apropriação privada da riqueza. Por sua vez, a divisão das tarefas implicava a autonomia na sua execução, isto é, não havia um grupo de indivíduos que possuísse o poder de comandar o trabalho de outro grupo.

O trabalho de coleta, portanto, impunha às comunidades primitivas determinados limites e características muito particulares. Eram bandos ou tribos, nômades, com uma forma de produção de muito baixa produtividade e, também comunitária, que não foram além das ferramentas de pedra lascada. Essas são as características mais importantes de todas as sociedades primitivas do planeta e compõem o modo de produção primitivo. O modo de produção primitivo é, nesse sentido preciso, fundado pela coleta.

2. O trabalho alienado e as classes sociais

Na medida em que os humanos primitivos iam realizando a coleta, foram descobrindo novos modos de retirar da natureza, de forma cada vez mais eficiente, o que precisavam. As forças produtivas estavam se desenvolvendo. Há mais ou menos 10 mil anos esse desenvolvimento das forças produtivas deu um salto de qualidade, um salto ontológico⁵: foi descoberta a semente. Com a semente surgiu a agricultura e as comunidades foram se transformando de nômades em sedentárias. Isto também possibilitou o surgimento da pecuária. A produção e a população aumentaram e os grandes impérios da antiguidade (Suméria, Egito, Pérsia, Grécia e Roma) substituíram a antiga vida comunal (bandos e tribos). Esse conjunto de transformações, muito acelerado para a época, se chama Revolução Neolítica.

Vimos como o nomadismo impunha um limite muito estrito ao desenvolvimento das ferramentas. Com o surgimento das vilas e cidades, este limite foi superado e conheceu-se um rápido desenvolvimento das ferramentas. Da pedra lascada passou-se para a pedra polida e, logo a seguir, para os primeiros metais.

Com o desenvolvimento das forças produtivas o artesanato foi, aos poucos, separando-se da agricultura e da pecuária e, poucos milhares de anos à frente, a cidade foi se distinguindo do campo.

Para nosso estudo, o efeito mais importante da Revolução Ne-

⁵ Ontológico porque se refere à essência da sociedade em questão; salto porque diz respeito à passagem a um novo patamar do intercâmbio material com a natureza.

olítica foi que, pela primeira vez na história, os humanos foram capazes de dominar as forças da natureza para produzirem o que necessitavam, dando origem a uma capacidade de trabalho muito mais desenvolvida se comparada com a coleta. O trabalhador adquiriu uma capacidade de trabalho que ultrapassava suas necessidades pessoais. Seu trabalho (desde então até os nossos dias) é capaz de produzir mais do que o imprescindível para sua sobrevivência imediata. Essa capacidade maior de trabalho do que a indispensável ao indivíduo é o trabalho excedente.

O surgimento do trabalho excedente fez com que, pela exploração do trabalho alheio, se obtivesse muito mais do que pelo próprio trabalho. Passou a ser lucrativa a atividade de opressão e controle dos trabalhadores para deles tirar o trabalho excedente. O trabalho de coleta foi substituído pelo trabalho escravo, depois pelo trabalho do servo medieval e, nos nossos dias, pelo trabalho proletário. Estas novas formas de trabalho sob a exploração do homem pelo homem constituem o trabalho alienado. Passamos, assim, do trabalho de coleta (que funda a sociedade primitiva) ao trabalho alienado (que funda a sociedade de classes). Com esta passagem, a sociedade se dividiu em duas partes distintas e antagônicas: a classe dominante e a classe dominada. Assim surgiram as classes sociais.⁶

Ao propiciar o aparecimento das classes sociais, o trabalho alienado trouxe também novas necessidades. Como só é possível obrigar uma pessoa a produzir a riqueza que a oprime pela aplicação cotidiana da violência, tal atividade de controle tem na administração da violência (sob várias formas) o momento decisivo. A classe dominante irá, então, criar os mecanismos e instituições de que necessita para o controle daqueles que produzem a riqueza. Entre eles, o mais importante é o Estado. Ele é um instrumento especial e imprescindível de repressão dos trabalhadores para a reprodução da sociedade de classes, desde as mais antigas até a mais desenvolvida dos nossos dias.

É neste momento da história que se instaura a “oposição como inimigos mortais” (Marx, 1985:105; Marx, 1979b:508) entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Aos indivíduos da classe dominante caberá a função social de acumular riqueza pela exploração dos trabalhadores. Para tanto, organizarão os seus negócios, a com-

⁶ Cf. tb. *Introdução à Filosofia de Marx* (Lessa, Tonet, 2011) e a bibliografia lá indicada. A Editora Expressão Popular publicou uma nova edição de *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*, o texto clássico de Engels sobre a questão, com um posfácio de Eleanor Leacock, que o leitor também deveria consultar.

pra e venda de mercadorias, a produção em suas propriedades, etc. Mas, também, como necessitam do Estado para manter os trabalhadores sob controle, terão que assumir as tarefas de organização e controle de toda a sociedade. Serão, por isso, generais, senadores, juizes, filósofos, políticos, embaixadores, etc., etc. Caberão à classe dominante as atividades de controle dos trabalhadores, atividades que têm no Estado, como já mencionamos, seu instrumento mais importante. Este enorme, amplo e complexo conjunto de atividades é denominado, por Marx e Engels, de “trabalho intelectual”, para distingui-lo do “trabalho manual”.⁷ O primeiro é composto por todas as atividades da classe dominante necessárias para manter sob controle os trabalhadores; o segundo é a transformação da natureza nos bens que correspondem ao “conteúdo material da riqueza social” (Marx, 1983:46). Com a separação entre o trabalho intelectual e manual tem origem a alienada divisão social de trabalho que brota da propriedade privada, da exploração do homem pelo homem.

Nesse contexto, a violência se elevou a um novo patamar. Na comunidade primitiva a violência também estava presente, contudo com um papel social inteiramente distinto. Na disputa entre tribos ou bandos, tratava-se de garantir a posse de fontes de alimentação, locais de abrigo, etc. E, no interior do próprio bando ou tribo, a carência poderia resultar na violência entre indivíduos. Neste último caso, contudo, havia um limite. Como a sobrevivência de cada um, mesmo do mais forte do grupo, dependia da sobrevivência de toda a comunidade, a violência raramente levava a ferimentos graves ou à morte dos envolvidos. Com a sociedade de classes, a violência ganha uma nova função social. Ela agora está a serviço da reprodução da propriedade privada. Matar passa a ser uma atividade econômica e socialmente valorizada. Surge a guerra, uma atividade fundamental para a dominação dos trabalhadores pelas classes proprietárias. A violência passa a ser uma atividade essencial para a reprodução da

⁷ Veremos, ao longo deste livro, como em várias oportunidades Marx e Engels utilizam a palavra trabalho com um sentido distinto de transformação da natureza. Mas sempre que o fizeram, empregam a palavra trabalho como parte de expressões como trabalho intelectual e, como veremos mais adiante, como trabalho abstrato, trabalho produtivo, etc. Isso ocorreu porque os dois pensadores, ao fazerem a crítica da ciência e da filosofia mais avançadas de seu tempo, incorporaram muitas de suas descobertas e, por isso, incorporaram também muitos de seus conceitos, depois de os submeterem à crítica necessária. Este é o caso da expressão trabalho intelectual. Marx e Engels sabem que os membros da classe dominante não trabalham, isto é, não convertem a natureza na riqueza social. Pelo contrário, são membros da classe dominante justamente porque vivem da riqueza produzida pelos que de fato trabalham, isto é, transformam a natureza.

sociedade e todas as relações sociais, desde as familiares até as da vida cotidiana, terminam sendo contaminadas por ela.

Refaçamos o raciocínio. Uma alteração fundamental no trabalho, que passou da coleta à agricultura e à pecuária, levou a uma mudança essencial no modo de produção. A coleta foi substituída pelo trabalho alienado, isto é o trabalho que se realiza como a exploração do homem pelo homem. Passou-se às sociedades de classes. Surgiu a propriedade privada, que é acompanhada pela divisão social do trabalho, pelo Estado e pela família monogâmica⁸.

A propriedade privada é essa relação de exploração que faz com que os trabalhadores produzam toda a riqueza social e que essa riqueza seja expropriada pela classe exploradora⁹. A propriedade privada não é a posse de uma coisa; não é a *minha* escova de dentes ou *meu* objeto de uso pessoal. Ela é a relação social pela qual os produtores da riqueza social são expropriados pelas outras classes da sociedade. Por isso, propriedade privada e classes sociais existem apenas uma na relação com a outra. Superar a propriedade privada é, necessariamente, a superar as classes sociais. E vice-versa, a superação das classes sociais apenas é possível pela eliminação da propriedade privada.

Resumo do capítulo

1) O trabalho de coleta funda a sociedade primitiva: bandos ou tribos, que necessariamente são nômades e que conhecem um desenvolvimento limitado das ferramentas.

2) Com a descoberta da agricultura e da pecuária (a Revolução Neolítica), a carência diminui mas não é superada e, além disso, surge o trabalho excedente. Com ele torna-se possível a exploração do homem pelo homem, o trabalho alienado. O trabalho alienado funda os novos modos de produção baseados na propriedade privada, entre eles o escravismo, o feudalismo e o capitalismo.

⁸ A família monogâmica é a forma típica de organização familiar das sociedades de classes. Ela é a expressão do patriarcalismo, o poder do homem que é o proprietário privado, sobre a mulher reduzida ao papel de prostituta ou esposa. Sobre esta questão conferir Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Engels, 2010) e, nesta mesma edição, o posfácio de Eleanor Leacock. Também Lessa, 2012b.

⁹ Expropriar significa tirar de alguém a propriedade e transferir a uma outra pessoa. Um socialista utópico francês, Pierre Proudhon, caracterizou a propriedade privada como “um roubo”.

3) Com a exploração do homem pelo homem, temos a divisão social do trabalho típica das sociedades de classes (a oposição “como inimigos mortais” (Marx, 1985:105) entre os trabalhos manual e intelectual). A reprodução das sociedades passa a um novo patamar: as sociedades de classes, no seio das quais surgem a guerra, o Estado e a família monogâmica.

Capítulo II – As classes sociais na história

Vimos, no capítulo anterior, como o surgimento do trabalho alienado alterou profundamente a sociedade. As tribos e bandos cedem lugar aos enormes impérios da Antiguidade. Nestes, a sociedade se divide entre aqueles que produzem toda a riqueza e os outros, que se apropriam da maior parte dessa riqueza; entre a classe dominada e a classe dominante. A primeira realiza o trabalho manual; à classe dominante cabe o trabalho intelectual, isto é, o conjunto de atividades imprescindíveis à expropriação da riqueza. Daqui as classes fundamentais dos modos de produção que estamos estudando: senhores de escravos e escravos, senhores feudais e servos, burguesia e proletariado.

Em outras palavras, o modo como se extraem da natureza os meios de produção ou de subsistência, a forma como se trabalha, determina a existência e a natureza das classes sociais. O trabalho de coleta, com sua baixa produtividade, não possibilita a existência de classes. A sociedade é a mais primitiva. Com a Revolução Neolítica surge o trabalho alienado, a exploração do homem pelo homem. A propriedade privada passa a dominar a vida de toda a sociedade. A partir de então, o trabalho escravo fundou o modo de produção escravista; o trabalho do servo fundou o modo de produção feudal e, o trabalho proletário, funda ainda hoje o modo de produção capitalista.

Outra característica de todas as sociedades de classes é que a classe dominante sempre é numericamente pequena, pois só assim a riqueza pode se concentrar nas mãos de poucos. Por serem pouco numerosos, os senhores necessitam de auxiliares (os soldados, os policiais, a burocracia, os juízes, advogados, carcereiros, juristas, etc. e, na produção, capatazes, feitores e, hoje, gerentes, supervisores,

chefes do departamento de pessoal, engenheiros, etc.). Por essa razão, entre a classe dominante e aqueles que produzem toda a riqueza com seu trabalho manual, sempre encontramos uma camada de assalariados. Ela pode ser maior ou menor, mais importante ou menos importante na reprodução de cada sociedade, mas estará sempre presente. Sua função social é precisa: auxiliar a classe dominante na exploração dos trabalhadores. Em troca, recebe, sob a forma de salários, uma parte da riqueza que a classe dominante expropriou dos trabalhadores. Tal como a classe dominante, os auxiliares vivem da expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores manuais. Por isso também fazem parte da porção parasitária da sociedade.

Mas isso é apenas um lado da história.

O outro lado da história é a existência de uma contradição entre a classe dominante e os seus auxiliares. Quanto menor o salário que estes receberem, maior a riqueza que ficará com a classe dominante. Estabelece-se, desse modo, uma luta entre os auxiliares e a própria classe dominante pelo montante do salário. Todos, auxiliares e classe dominante, concordam no fundamental, isto é, em manter a expropriação dos trabalhadores. Discordam, todavia, no secundário: o valor dos salários. Veremos, mais à frente, que essa contradição é importante para o desdobramento das lutas revolucionárias.

Em todas as sociedades de classes encontramos duas classes fundamentais e, entre elas, uma camada de assalariados que são os auxiliares da classe dominante.

1. As classes sociais no escravismo e no feudalismo

As sociedades de classes anteriores ao capitalismo¹⁰, o escravismo e o feudalismo, exibiam todas as características que são essenciais às sociedades fundadas na propriedade privada. Conheceram a divisão da sociedade em duas classes fundamentais, com uma camada intermediária de assalariados, e a alienada divisão social do trabalho oriunda da propriedade privada. Os dois modos de produção conheceram revoltas daqueles que produziam a riqueza das sociedades (escravos e servos) e, também, dos assalariados (elas foram particularmente importantes na queda do Império Romano). Tanto no escravismo como no feudalismo, a sociedade se organizou com

¹⁰ Não trataremos aqui do modo de produção asiático porque seu desenvolvimento não foi fundamental para a gênese e o desenvolvimento do capitalismo. Todavia, é um modo de produção que tem um papel fundamental na constituição das sociedades contemporâneas na maior parte da periferia do sistema do capital.

um Estado que cotidianamente gerenciava a aplicação da violência imprescindível para a exploração dos trabalhadores. Os dois modos de produção também conheceram a família monogâmica (o patriarcalismo), isto é, a submissão da mulher à propriedade privada.

Ao lado dessas características comuns, o feudalismo e o escravismo apresentaram características muito distintas, fundadas pela forma de intercâmbio material com a natureza que é peculiar a cada um deles, o trabalho escravo e o trabalho do servo medieval.

Na estrutura econômica do escravismo, o escravo é um instrumento de produção como outro qualquer, não um ser humano (Mondolfo, 1973:262). Diferente de um cavalo que apenas se movimenta, o escravo além de se mover também é capaz de falar. Nesta situação, ele afirma a sua humanidade realizando algo que os animais não conseguem: sabota a produção. Por isso, para que o escravo trabalhe, será necessário que os senhores de escravos apliquem a violência, tal como se faz com qualquer animal.

Disso resultam, economicamente, três consequências muito importantes. A primeira delas é que o aumento da riqueza da classe dominante não pode vir de um aumento da produtividade do trabalho escravo. A alternativa é o aumento da quantidade de escravos. A segunda delas é que, com o aumento da proporção de escravos na sociedade, é preciso um crescimento ainda maior do exército e do Estado para controlar o crescente número de escravos e o custo do aparelho repressivo consumirá uma parcela crescente da riqueza. Isto conduz à terceira consequência. Para pagar tais custos, as classes dominantes devem conquistar novos territórios, saqueando a riqueza das sociedades que estão ao redor delas e, ao mesmo tempo, convertê-las em fornecedoras de mais escravos.

Todas as sociedades do modo de produção escravista foram, por isso, impérios que tiveram em suas expansões militares parte fundamental de suas histórias. A partir de um determinado ponto, os custos desta expansão se tornaram tão elevados que não mais puderam ser cobertos nem mesmo por novas expansões e teve início a decadência. Tudo entrou em colapso. Os impérios se dissolveram. Por essa razão fundamental a história dos impérios escravistas exhibe uma característica comum: uma fase de expansão seguida por uma fase de decadência.

A crise do Império Romano foi também o final do modo de produção escravista. Ela abarcou todo o mundo escravista e, além disto, coincidiu com a invasão da Europa pelos varegues, hunos, magiars, godos, ostrogodos, visigodos, celtas, normandos, mulçumanos, etc.

(Musset, 1975), que converteram o antigo território romano em um enorme campo de batalha. Foi nesse contexto que o escravismo foi substituído pelo feudalismo na Europa.

A transição para o feudalismo teve duas características mais importantes. A primeira delas é que, já no interior do Império Romano, estava surgindo uma nova e mais produtiva relação de produção. O Estado ou o dono da terra arrendava-a para o trabalhador, que ficava com parte da produção e era dono das ferramentas. É o primeiro momento em que uma nova relação de produção revela-se mais produtiva para a classe dominante do que o escravismo. Essa nova forma de trabalho é chamada pelos romanos de *feudus*.¹¹

Com a crise geral, com a pressão militar das invasões “bárbaras”¹² e com o estabelecimento dos povos germânicos em porções importantes do Império Romano, ao longo de 4 ou 5 séculos o *feudus* foi se transformando e se generalizando até se converter no fundamento de uma nova forma de trabalho. Nessa nova forma, os trabalhadores ficam com uma parte da produção, são donos de suas ferramentas e, ainda que não possuam a propriedade da terra, têm a garantia de que permanecerão na mesma gleba indefinidamente. Os novos trabalhadores, os servos, não podem abandonar a terra, mas também não podem ser dela expulsos. Como ficam com uma parte do produzido, os servos – diferente dos escravos – têm interesse em aumentar a produção. Desenvolvem, assim, as suas ferramentas, aperfeiçoam as formas de plantio e os transportes, melhoram a seleção de sementes e, ainda, com os moinhos de vento, dragam pântanos e aumentam significativamente a área cultivável da Europa.

A nova relação de produção que surgiu com o trabalho servil possibilitou um desenvolvimento das forças produtivas muito mais acelerado do que no passado. E, como consequência, o modo de produção feudal assistiu a um desenvolvimento de toda a sociedade muito mais rápido do que no escravismo. Em poucos séculos, este rápido desenvolvimento levou ao crescimento dos feudos e a me-

¹¹ Importante, no estudo da transição ao feudalismo, é o livro de Perry Anderson, *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Musset (1975: 24 e ss.) expõe como o *feudus* serviu para o controle dos bárbaros.

¹² Há um rico debate entre os historiadores sobre o peso das invasões bárbaras para a decadência do Império Romano. Tradicionalmente estas são consideradas um fator primordial. Uma nova corrente, contudo, tenta argumentar que a pressão militar nas fronteiras orientais foi um fator pelo menos tão importante quanto o deslocamento dos bárbaros no cenário europeu. Cf., por exemplo, Heather, 2006.

lhoria das defesas militares (os castelos medievais, sobretudo) fez as invasões cessarem. Ao redor dos castelos cresceram as vilas. Estradas e pontes facilitaram o desenvolvimento do comércio. Desenvolveu-se muito o artesanato (metalurgia, marcenaria, trabalhos em couro, cerâmica, arquitetura, etc.). Ampliou-se o emprego da energia eólica (moinhos de vento). Os mosteiros desenvolveram a filosofia medieval com a incorporação de Aristóteles e elementos da cultura mulçumana. As catedrais medievais, por sua vez, são a manifestação arquitetônica dessa riqueza possibilitada pelas novas relações de produção feudais.

O modo de produção feudal conheceu seu apogeu nos séculos 11 e 12. Logo em seguida, nos séculos 14 e 15, o mesmo dinamismo histórico levou-o à sua crise. O aumento da produtividade do trabalho, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, fez com que cada feudo passasse a produzir mais do que conseguia consumir. Não que os feudos superassem a carência, pois não conseguiam produzir todos os bens de que tinham necessidade. Se um feudo, por exemplo, tinha um excesso de produção de trigo, não conseguia produzir sal ou ferro; se produzia cevada além do que consumia, não produzia vinho ou tecidos, e assim sucessivamente. Em poucas palavras, a economia de subsistência, imprescindível para resistir às invasões e sobreviver à decadência do comércio que acompanhou o fim do Império Romano, continuou predominando. A novidade está em que, agora, há uma produção maior do que o consumo daquilo que cada feudo consegue produzir.

Mesmo que canalizando o excedente para construir as catedrais e castelos medievais, ainda assim produzia-se mais do que o necessário. Nessa nova situação, os trabalhadores se alimentavam melhor e seu número cresceu. Logo havia mais servos do que as relações de produção feudais comportavam e os senhores passaram a fazer o que antes era inadmissível: expulsaram os servos excedentes de suas terras.

A expulsão dos servos de suas glebas significava a ruptura de um costume secular. Era o descumprimento dos deveres dos senhores para com seus vassalos. Por isso os servos resistiram quanto e como conseguiram. Ainda assim, no médio prazo, os interesses dos senhores e da Igreja prevaleceram e uma parte dos servos foi expulsa e, uma vez que não tinha outra forma de sobrevivência, refugiou-se nos campos e nas florestas.

Como os feudos produziam mais do que consumiam, havia produtos que poderiam ser trocados entre eles. Alguns dos servos ex-

pulsos passaram, então, a viver desse comércio nascente. Com o desenvolvimento das trocas foi surgindo uma nova classe social, a burguesia, cujo interesse não mais se relacionava com a utilidade do que ela comprava ou vendia e, sim, com a lucratividade do que comercializava.

A burguesia não é o primeiro momento na história em que uma classe social se articula a partir da lucratividade (e não do valor de uso) do que compra e vende. No passado também houve uma classe de comerciantes na Fenícia, na Grécia e em Roma, por exemplo. O comércio também floresceu nos Impérios da China, na Índia e no Japão. Com o desenvolvimento das forças produtivas propiciado pelo feudalismo, todavia, surgiu, pela primeira vez, uma classe de comerciantes em uma sociedade em que a produção de mercadorias poderia se generalizar. Esta é a gênese da burguesia.

Apesar de todas as suas enormes diferenças (desde o trabalho que os funda até as suas peculiares classes sociais, o modo de organização do Estado, as ideologias e as lutas de classe, etc.) os modos de produção escravista e feudal possuem traços em comum: a alienada divisão do trabalho; duas classes fundamentais e uma terceira, de auxiliares assalariados dos senhores; o Estado, a violência na vida cotidiana, etc. Devemos, agora, chamar a atenção para mais uma semelhança importante entre o feudalismo e o escravismo: o fato de que o desenvolvimento de suas próprias forças produtivas gerou contradições que acabaram levando ao seu desaparecimento.

Com o Império Romano, o escravismo opôs tão intensamente o desenvolvimento das forças produtivas às relações de produção que a crise resultante terminou por levar ao seu desaparecimento. A sua queda e a lenta transição do que viria a ser em seguida a Europa feudal são resultantes do amadurecimento dessa contradição nos próprios anos de apogeu do Império.

O feudalismo conheceu algo análogo. O desenvolvimento da produção e o crescimento da população no interior dos feudos levaram a uma crise estrutural do modo de produção da qual não haveria recuperação. No seio dessa crise, as novas relações capitalistas de produção encontraram os fundamentos para sua origem e desenvolvimento posterior.¹³

¹³ Marx, em “A assim chamada acumulação primitiva”, o famoso capítulo do Livro I de *O Capital*, descreveu este processo com muitos detalhes. Muito interessante como texto introdutório, apesar de seus últimos capítulos estarem claramente desatualizados, é o livro de Leo Huberman, *História da Riqueza do Homem*.

Foram necessários 4 ou 5 séculos para que as novas relações de produção amadurecessem e substituíssem as relações de produção típicas do feudalismo. Por um lado, nestes séculos o trabalhador foi sendo separado dos meios de produção. Ao final deste período, o trabalhador não tinha nada mais para levar ao mercado a não ser sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, viver sem o mercado era impossível nas novas condições, já que até mesmo os bens de primeira necessidade eram produzidos como mercadorias.

Por outro lado, a burguesia, possuidora do capital (e, portanto, de todos os meios de produção), pôde então comprar essa força de trabalho para ser empregada na produção de mercadorias. O trabalho assalariado passa a ser a mediação entre a sociedade e a natureza. A transformação da natureza em meios de produção ou de subsistência será obra, agora, de uma nova classe explorada, o proletariado. O novo trabalhador será o proletário. Diferente do escravo e do servo, o proletário é um trabalhador assalariado. E, tal como o escravo e o servo, ao transformar a natureza, o proletariado produz o “conteúdo material da riqueza social” (Marx, 1985:46) da sociedade da qual é parte.

Esse processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas que levou à gênese do proletariado é, também, o fundamento da gênese e do desenvolvimento da burguesia. Esta classe social vai se desenvolvendo das suas formas germinais até sua forma mais desenvolvida no mesmo período da história em que tivemos o desenvolvimento do trabalho assalariado até se chegar ao proletariado. Foi na etapa final deste complexo, rico e longo processo histórico, a Revolução Industrial (1776-1830), que assistimos ao surgimento do proletariado e da burguesia em suas formas maduras, plenamente desenvolvidas. E, então, a reprodução social passou a ser marcada pela contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia.

Resumo do capítulo

1) Vimos como a forma peculiar de trabalho a cada momento histórico, isto é, o modo pelo qual cada sociedade transforma a natureza em meios de produção ou de subsistência, determina o que serão as suas classes sociais e até mesmo se existirão ou não as classes.

2) O escravismo, fundado pelo trabalho do escravo, é composto pelos senhores de escravos, seus auxiliares assalariados, e pelos

escravos. O feudalismo é composto pelos senhores feudais, pelos seus auxiliares assalariados, e pelos servos, é fundado pelo trabalho do servo. O modo de produção capitalista é fundado pelo trabalho proletário e se compõe da burguesia, de seus auxiliares assalariados e do proletariado.

3) Os auxiliares assalariados mantêm uma contradição com as classes dominantes ao redor do valor dos salários. Compartilham, porém, com a classe dominante a expropriação dos trabalhadores que, ao transformarem a natureza, produzem toda riqueza social. Entre a classe dominante e seus auxiliares, de um lado e aqueles que produzem toda a riqueza social com seu trabalho manual, de outro, temos uma contradição muito mais profunda: a própria exploração do homem pelo homem.

Capítulo III – Burgueses e proletários

Quando tratamos das sociedades de classe anteriores ao capitalismo, pudemos ver como as classes dominantes viviam da riqueza que era produzida pelos servos e pelos escravos. A transformação da natureza pelo trabalho manual era a fonte de toda a riqueza daquelas sociedades. Suas estruturas de classes eram polarizadas pela classe dominante, senhores feudais e de escravos, de um lado e, de outro, servos e escravos. Vimos, também, que a classe dominante sempre necessitou de auxiliares para exercer a exploração. Tais auxiliares, quase sempre assalariados, faziam parte da porção parasitária da sociedade.

As relações de exploração no feudalismo e no escravismo eram bastante evidentes porque a sociedade estava em um estágio de desenvolvimento em que a propriedade privada era, ainda, vinculada à natureza. Nas palavras de Marx e Lukács, o parco “afastamento das barreiras naturais” apenas possibilitava a propriedade privada ligada à terra. A propriedade típica do senhor de escravos era a terra com escravos; a do senhor feudal, a terra com servos. Isto não significa que nestes modos de produção não houvesse outras formas de propriedade privada (o comércio, principalmente), mas estas formas ainda primitivas de propriedade mobiliária (que se expressavam no dinheiro) não podiam predominar na reprodução das sociedades pré-capitalistas. Marx denominou estas formas primitivas de propriedade mobiliária de formas “ante-diluvianas” do capital.

Desta característica das sociedades de classe do passado decorrem duas consequências importantes para o nosso estudo.

A primeira delas é que o processo de acumulação de riqueza é limitado. A partir de um determinado ponto, não era possível conquistar mais territórios nem colocar mais escravos ou servos na ter-

ra. Neste ponto o processo de acumulação da riqueza se interrompia e o modo de produção entrava em uma crise terminal (que demorou séculos tanto no caso do escravismo como no do feudalismo).

A segunda consequência é que os indivíduos se enriqueciam quase que exclusivamente pela exploração do trabalhador que, com seus braços, convertia a natureza em meios de produção e de subsistência. O enriquecimento dos indivíduos das classes dominantes pela expropriação do servo e do escravo era tão predominante, imediato e direto, era um fato tão marcante, que hoje é fácil perceber que toda a riqueza daquelas sociedades vinha da transformação da natureza.

A passagem ao modo de produção capitalista é, também, a passagem a uma nova forma de propriedade privada. O desenvolvimento das forças produtivas possibilitou tal “afastamento das barreiras naturais” que surgiu uma propriedade privada desvinculada de uma relação necessária com qualquer porção da natureza. Esta nova propriedade privada é o capital, que se expressa imediatamente no dinheiro. Ao mesmo tempo que o capital auxilia na generalização das relações mercantis a toda a sociedade, ele também é a expressão de um patamar mais elevado da produção que possibilita que uma grande quantidade de produtos seja voltada ao mercado e não mais para o consumo imediato. O período no qual o capital se generalizou à forma universal da propriedade privada é o que Marx denominou de “A acumulação primitiva do capital” e se estende do século 15 até o início do século 19.

A partir da Revolução Industrial (1776-1830) e da Revolução Francesa (1789-1815), a humanidade conhece o capitalismo desenvolvido e, nele, o capital pode exibir todas as suas características. Interessam-nos, agora, duas delas. A primeira é que com o capital a acumulação da propriedade privada não conhece mais os limites do passado. De mil passa-se a milhões, bilhões, trilhões, etc., em uma sequência infinita se outros fatores sociais não intervierem. A acumulação é, agora, um processo sem fim. Apenas se acumulando indefinidamente pode o capital continuar existindo. Isto é o que possibilita o rápido desenvolvimento da produção típico da sociedade burguesa.

A segunda característica é que o enriquecimento dos indivíduos pode se dar, agora, tanto expropriando os trabalhadores que transformam a natureza (os proletários), como também em outras atividades sociais que não transformam a natureza. Isto é uma enorme novidade trazida pelo capitalismo: uma parte da classe dominante pode se enriquecer sem ser necessariamente proprietária de uma

fábrica ou de uma fazenda.

A possibilidade de os indivíduos enriquecerem no comércio, nos bancos e em muitos serviços – e, repetimos, não apenas nas atividades que transformam a natureza – faz com que a reprodução da sociedade burguesa seja mais complexa e, ao mesmo tempo, gere a ilusão de que a riqueza pode ser *produzida* em tais atividades que não transformam a natureza.

Isto não é assim tão complicado quanto possa parecer. Quando, nas nossas vidas, vemos pessoas comprando e vendendo coisas, o dinheiro passando das mãos de uma pessoa para outra, vemos também que algumas pessoas enriquecem, outras empobrecem. Nas trocas de mercadorias, alguns ficam com lucro, outros com prejuízo. Quando Antônio vende sua mercadoria a Pedro, o lucro do primeiro não é o prejuízo do segundo? Não é o mesmo dinheiro que estava no bolso de Pedro que agora se encontra na conta bancária de Antônio? O lucro do agiota não é o mesmo dinheiro que estava no bolso do infeliz que teve que recorrer a ele? O lucro do banco, os juros, não são o mesmo dinheiro que estava nas nossas contas pessoais ou das empresas?

A burguesia, agora deve estar claro, possui uma enorme vantagem se comparada com as classes dominantes do passado. Pode ampliar sua propriedade privada também em atividades econômicas que não envolvem a transformação da natureza. Esta nova forma de enriquecimento é possível porque a sociedade burguesa é um enorme mercado; todos possuem dinheiro e, em alguma medida, todos compram e vendem. A mercadoria é a relação social universal e o dinheiro se “esparrama” pela sociedade (de forma necessariamente desigual). É a existência deste montante de riqueza na forma de dinheiro que torna possível que muitos enriqueçam em atividades como o comércio, os bancos e os serviços que não transformam a natureza nos meios de produção ou de subsistência.

Qual é, contudo, a origem desta riqueza que se encontra difusa na sociedade sob a forma do dinheiro?

1. Um pouco de ciência econômica

A riqueza de toda sociedade é composta pelo acúmulo, ao longo do tempo, daquilo que as gerações vão produzindo. Estradas, fábricas, fazendas, prédios, cidades, portos, navios, etc., na medida em que vão sendo produzidos, aumentam a riqueza total da sociedade. Seja ela a sociedade primitiva, a escravista, a feudal, a capitalista ou,

se algum dia chegarmos lá, a sociedade comunista. Este é o fundamento de todas as “formas sociais” de riqueza ao longo do tempo. Nas palavras de Marx, este é o “conteúdo material da riqueza social, qualquer que seja a forma social desta”. (Marx, 1983:46).

As formas sociais desta riqueza nós já estudamos, ao menos em parte. No modo de produção primitivo, era a propriedade comunal, primitiva. No modo de produção escravista e feudal, era a propriedade privada do senhor de escravos e do senhor feudal. No modo de produção capitalista, “a forma social” desta riqueza é o capital.

Para que a riqueza possa se acumular de um dia para outro, de um ano para outro, de uma geração para outra, uma condição precisa ser satisfeita. O produto resultante da atividade econômica necessita continuar existindo por pelo menos algum tempo. E, como não há milagres, apenas os produtos que são natureza transformada possuem a característica de continuar existindo depois de terminada a atividade econômica que os produziu. Portanto, o “conteúdo material da riqueza sócia, qualquer que seja a forma social desta”, apenas é produzido no intercâmbio com a natureza. Esta é a razão última pela qual a atividade das classes dominantes e seus auxiliares não produz qualquer riqueza. Estes setores sempre parasitaram a riqueza produzida pelos que transformam a natureza com seu trabalho manual.

O escravo, o servo e o proletário são os responsáveis pelo intercâmbio material com a natureza em cada uma de suas respectivas sociedades. Este intercâmbio possui algo muito peculiar e especial. O produto que dele resulta é a síntese entre uma porção da natureza com um objetivo idealizado¹⁴, síntese esta que incorpora à nova forma da matéria natural uma determinada quantidade de trabalho. A quantidade de trabalho é sempre medida pelo tempo que leva sua execução. Portanto, mais precisamente, o trabalho sintetiza em seu produto uma dada porção da matéria natural com uma determinada

¹⁴ “Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade.” (Marx, 1983:149-50).

quantidade de tempo de trabalho. O tempo médio que uma sociedade requer, a cada momento, para produzir um dado produto é o “tempo de trabalho socialmente necessário” contido neste produto.

Como a matéria natural existia antes e continuará a existir após o processo de trabalho que gerou o produto, este continua existindo após ter se encerrado a sua produção. Continua existindo, por vezes, por muitos milhares de anos (pense-se nas peças pré-históricas existentes nos museus, nas catedrais medievais, nas pirâmides egípcias, etc.) São estes produtos que, como já vimos, acumulados por seguidas gerações, vão constituindo o “conteúdo material da riqueza social” das sociedades, qualquer que seja a “forma social” da propriedade desta riqueza.

Todas as outras atividades humanas não possuem esta capacidade de produzir um objeto que a elas sobreviva. Apenas o trabalho manual encarregado do intercâmbio material com a natureza possui este poder. Ele é o fundamento de toda a riqueza – repetimos – “qualquer que seja a forma social desta”.

Se isto era mais simples de ser percebido no escravismo e no feudalismo, não é menos verdadeiro no capitalismo. Também na sociedade atual apenas aqueles trabalhadores que transformam a natureza nos meios de produção e de subsistência são capazes de produzir o “conteúdo material da riqueza social” – são capazes “de *produzir* o capital”. Estes trabalhadores que produzem o capital são denominados proletários ou operários, para distingui-los do restante dos assalariados, que são os “trabalhadores”. Como escreveu Marx, “Por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ (...)” (Marx, 1985: 188 n. 70).

A riqueza, sob a forma de dinheiro, que se encontra difusa por toda a sociedade, tem sua origem no trabalho de transformação da natureza pelos proletários.

Podemos, agora, dar uma resposta à nossa pergunta, logo acima, sobre a origem da riqueza que se encontra sob a forma dinheiro esparramada por toda a sociedade burguesa: vem do trabalho proletário, do campo e da cidade. Ao sintetizar uma porção da natureza com sua força de trabalho, este trabalho produz uma riqueza nova, antes inexistente e que, por ser natureza transformada, continua a existir muito depois de ser encerrada a sua produção. Esta riqueza produzida pelo proletariado se acumula ao longo do tempo e corresponde ao que Marx denominou de “capital social total”, isto é, a totalidade da riqueza sob a “forma social” de capital.

Este era o primeiro ponto que precisávamos esclarecer para avançarmos. O segundo ponto é a mais-valia.

No capitalismo desenvolvido, todas as mercadorias são, tendencialmente, trocadas pelo seu valor real: o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. Não é por vender uma mercadoria por um valor maior do que o seu valor real que o capital se acumula, mas sim porque o valor real da mercadoria é maior do que o custo de sua produção. Esta propriedade da mercadoria (possuir um valor real maior do que seu custo de produção) tem sua origem em uma propriedade específica, peculiar, à força de trabalho: uma vez consumida, ela gera um valor maior do que o seu próprio. Este valor a mais que é gerado na produção da mercadoria é a “mais-valia”.

A mercadoria, portanto, contém duas porções de riqueza em seu interior, se pudermos nos expressar desta forma. Uma parte da riqueza nela contida corresponde ao seu custo de produção. A outra parte corresponde ao valor a mais, a mais-valia, que foi gerada pela força de trabalho empregada na sua produção. Estas duas porções contidas na mercadoria não podem ser separadas sem que se destrua o produto ... a não ser que a mercadoria seja trocada por dinheiro. Ao ser vendida, a riqueza total contida na mercadoria é convertida em moeda e, agora, pode ser dividida entre a porção que corresponde ao salário, aos custos da energia, da matéria-prima, à desvalorização dos prédios e maquinários, etc. Deste modo, a riqueza representada pela porção da natureza plasmada por uma quantidade de força de trabalho pode ser utilizada para pagar tudo o que adentra ao processo de sua produção e a riqueza a mais produzida pela força de trabalho pode ser apropriada pelo burguês sob a forma da mais-valia.

Por isso, fundamentalmente, Marx, Engels, Lenin, Lukács, Mészáros (além de muitos outros revolucionários) argumentam que o problema da exploração do homem pelo homem não está no valor dos salários, mas na própria existência de salários. A finalidade do trabalho convertido em mercadoria é produzir mercadorias. E, na produção das mercadorias já está determinado como se dará a distribuição da riqueza: o capital ficará com a mais-valia e os assalariados com os salários. A exploração não tem seu fundamento no baixo valor dos salários, mas na própria existência dos salários. Isto, contudo, é assunto para alguns capítulos à frente, quando tratarmos da revolução proletária.

Portanto, nós apenas encontramos a mais-valia naquelas ativi-

dades que produzem mercadorias. Nas atividades que não produzem mercadorias (como, por exemplo, as dos burocratas do Estado, as dos administradores das empresas, etc.), não há produção de mais-valia. Estes trabalhadores certamente são explorados pelo Estado e por seus patrões, mas não é uma exploração da mesma ordem como daquelas atividades que produzem mercadorias e, assim, produzem mais-valia (sobre este aspecto voltaremos no capítulo seguinte).

De posse das categorias de Marx de “conteúdo material da riqueza social” e de mais-valia, podemos avançar em nossa análise nos perguntando como ocorre a distribuição por toda a sociedade do conteúdo material da riqueza produzido no intercâmbio material com a natureza.

2. A distribuição da riqueza: trabalho produtivo e improdutivo

O industrial é o primeiro e direto apropriador da mais-valia gerada pelo trabalho proletário. Mas não é, de modo algum, o único. O capitalista que

extrai trabalho não-pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, na verdade, o primeiro apropriador, mas, de modo algum, o último proprietário dessa mais-valia. Tem de dividi-la, mais tarde, com capitalistas que realizam outras funções na produção social como um todo, com o proprietário fundiário etc. A mais-valia divide-se, portanto, em diferentes partes. Suas frações cabem a categorias diferentes de pessoas e recebem formas diferentes, independentes umas das outras, tais como lucro, juro, ganho comercial, renda da terra etc. (Marx, 1985: 151).

Com o desenvolvimento do capitalismo, muito cedo se torna mais lucrativo para o industrial repassar sua mercadoria ao comerciante do que ele mesmo sair pelo mundo vendendo seu produto. Como o valor de uma mercadoria não depende de quem a vende¹⁵, o industrial apenas pode fazer o comerciante vender sua mercadoria se a repassar para ele a um preço inferior ao do mercado.

Como na atividade comercial não se produz qualquer mercadoria, não há como o comerciante empregar uma força de trabalho

¹⁵ O valor de uma mercadoria corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. O tempo socialmente necessário é determinado pelo mercado, pela concorrência. Esse valor não depende de quem vende a mercadoria, se o burguês que é dono da fábrica ou se o comerciante que comprou do proprietário da fábrica.

que, ao ser consumida, produza um valor maior do que o seu próprio. Isto apenas pode ocorrer quando uma mercadoria é produzida e, no comércio, simplesmente trocam de mãos mercadorias que já foram produzidas, que já estão prontas. O comerciante, portanto, não é capaz de gerar mais-valia em seu negócio. Esta situação se expressa, na vida cotidiana, quando o comerciante apenas compra, por exemplo, do industrial a mercadoria a um preço inferior ao que ele espera conseguir no mercado. Do ponto de vista econômico, o que ocorre é que uma parte da mais-valia de que o industrial se apoderaria caso vendesse diretamente o seu produto é repassada ao comerciante. O lucro do comerciante tem sua origem na mais-valia gerada na produção da mercadoria que ele vende.

Isto equivale a dizer que o comerciante não pode retirar mais-valia da exploração do seu trabalhador. Como em sua atividade não são produzidas mercadorias, não há como a força de trabalho do comerciário gerar um valor maior do que o seu próprio, não há como gerar mais-valia. Veremos que isto não significa que o trabalhador do comércio não seja explorado pelo seu patrão. Certamente o é. Quanto mais baixo for o salário que o comerciário receber, maior tenderá a ser o lucro do seu patrão. Mas não é desta exploração que se origina a riqueza que será o lucro do comerciante e o salário do comerciário. O lucro do comerciante e salário do comerciário possuem a mesma origem, a mais-valia gerada na produção da mercadoria.

Dizendo o mesmo com outras palavras, uma parte da mais-valia que o industrial expropria do proletário é repassada ao comerciante que, assim, ao vender a mercadoria, terá seu lucro. Desse lucro ele retirará uma parcela para pagar o seu trabalhador assalariado. O salário do comerciário vem da porção da mais-valia repassada ao comerciante pelo industrial.

Algo semelhante ocorre com os trabalhadores dos bancos. Os banqueiros conseguem seus lucros emprestando dinheiro a juros para os industriais e comerciantes. Os juros pagos correspondem à parcela da mais-valia que os industriais extraíram dos proletários e que é transferida aos bancos, por vezes com a intermediação dos comerciantes. Os trabalhadores dos bancos não produzem qualquer mercadoria e, portanto, a sua força de trabalho não pode ser empregada na produção de mais-valia.

Além dos trabalhadores dos bancos e do comércio, outro conjunto grande de assalariados também não produz mercadorias e, portanto, não produz mais-valia. São os trabalhadores do Estado, os

funcionários públicos.

Um último grande conjunto de trabalhadores também recebe seus salários da expropriação do trabalho proletário. São eles os “supervisores” (Marx, 1985:44 e ss.), que cumprem a função de auxiliar a burguesia a administrar os seus negócios, o que, em boa medida, significa exercer o controle sobre os operários. São eles os supervisores, os administradores de pessoal, os seguranças, os diretores de todos os tipos, os chefes de oficina, enfim a hierarquia de controle sobre a produção típica das unidades produtivas capitalistas. A qualidade e a quantidade dos profissionais variam muito entre ramos industriais ou unidades produtivas, entre os grandes empreendimentos agroindustriais e as indústrias urbanas, mas todos eles cumprem a mesma função, a de controle. Não produzem qualquer mercadoria. Não geram qualquer mais-valia. E os seus salários tem sua origem na mais-valia expropriada do proletariado.

Vemos, portanto, que temos dois grandes grupos de assalariados. Um deles produz mercadoria e, ao fazê-lo, gera a mais-valia. O outro, não produz mercadorias e, por isso, não gera mais-valia. Para distinguir estes dois grandes grupos um do outro, Marx tomou emprestadas da Economia Política Clássica as categorias de trabalho assalariado produtivo de mais-valia e trabalho assalariado improdutivo de mais-valia. Para ficar mais fácil o uso, normalmente emprega-se trabalho produtivo e improdutivo para significar o trabalho assalariado que produz ou não produz mais-valia.

3. O trabalho proletário

Toda atividade econômica que produz mercadoria possibilita que o burguês empregue a força de trabalho que ele assalaria para gerar um valor maior do que o da própria força de trabalho. Em poucas palavras, toda atividade que produz mercadorias produz mais-valia. É isto é o que caracteriza e distingue o trabalhador produtivo do improdutivo de mais-valia.

Todavia, no interior do trabalho produtivo de mais-valia, há uma diferenciação da maior importância para a reprodução da sociedade. As mercadorias podem ser produzidas ao se converter a natureza em meios de produção ou de subsistência, como ocorre nas fábricas e na agricultura. Mas mercadorias também podem ser produzidas no setor de serviços que não envolvem, necessariamente, a transformação da matéria natural. Esta é uma diferença fundamental,

pois, como já vimos, o “conteúdo material da riqueza” burguesa, o capital, apenas pode ser produzido no intercâmbio material com a natureza, pelo trabalho manual do proletário da indústria e da agricultura. Há, portanto, uma diferença fundamental entre a produção de mais-valia pelo trabalho assalariado que transforma a natureza e a produção da mais-valia pelo trabalho assalariado que não transforma a natureza. É isto que distingue o trabalho proletário do trabalho assalariado de todos os outros trabalhadores produtivos.

Vejamos este aspecto do problema com mais detalhes.

O trabalho proletário é a forma peculiar do intercâmbio material com a natureza no capitalismo desenvolvido.

Tal como são a coleta, o trabalho escravo e o trabalho servil a fonte de toda a riqueza dos modos de produção pré-capitalistas, também no capitalismo mais desenvolvido todo o “conteúdo material da riqueza social” (Marx, 1983:46) – *O Capital* – é produzido pelo trabalho que converte a natureza em meios de produção ou de subsistência. Isto nada mais é do que a expressão, em cada modo de produção, do fato de que o trabalho (repetimos, o intercâmbio material com a natureza) é a categoria fundante do ser social.

Nisso o trabalho proletário não se diferencia do trabalho de coleta, do trabalho escravo ou do trabalho servil. Todos eles transformam a natureza ao sintetizar em um novo meio de produção ou de subsistência uma dada quantidade de trabalho com uma porção da matéria natural. Eles produzem a riqueza que vai se acumulando de instante a instante, de geração a geração, de uma época a outra.

Além disso, há uma importante igualdade entre o trabalho proletário e as outras formas de trabalho. Para transformar a natureza é imprescindível que o trabalho seja manual. (Marx, 1983:149 e 1985:17). Não há como modificar a matéria natural senão acionando a porção da matéria natural diretamente sob controle da consciência, isto é, o corpo humano. Isto em nada é alterado pelo fato de haver entre a mão humana e a natureza qualquer ferramenta. O trabalho proletário compartilha com o trabalho de coleta, do escravo e do servo essa característica essencial: também é manual.

Pela transformação da natureza, o proletário produz uma nova porção da riqueza social que é a nova tonelada de trilhos, o novo prédio, o novo quilômetro de estrada, a nova ponte, a nova tonelada de feijão ou a nova roupa. A riqueza total da sociedade se ampliou com o novo produto do trabalho proletário. No dizer de Marx, em *O Capital*, temos agora uma nova riqueza que amplia o “capital social total” (*gesellschaftliche Gesamtkapital*) (Marx, 1985: 164; Marx,

1975: 606).

Apenas o intercâmbio material com a natureza é capaz de ampliar o *quantum* de riqueza já existente na sociedade. Isto vale para todos os modos de produção. Em se tratando da sociedade burguesa, apenas o trabalho proletário é capaz de “produzir” o capital e, desde modo, ampliar o “capital social total”. Nisto também o trabalho proletário possui muito em comum com as formas passadas de trabalho. Todas elas produziram a totalidade da riqueza de suas respectivas sociedades. Cada uma delas produz o “conteúdo material da riqueza social, qualquer que seja a sua forma social” (Marx, 1981:46).

Aqui, todavia, termina a semelhança do trabalho proletário com as formas pretéritas de trabalho. As relações de produção capitalistas implicam que o trabalho se converte em trabalho assalariado e a força de trabalho se torna uma mercadoria como outra qualquer. Como a força de trabalho, ao ser consumida, gera um valor maior do que o seu próprio, o valor de uma mercadoria tende a ser maior do que o valor necessário para a sua produção. Este “valor a mais”, lembremos, é a mais-valia.

Podemos agora sintetizar a principal diferença entre o trabalho proletário e as formas pré-capitalistas de trabalho. O trabalho proletário “produz” uma “forma social” peculiar de propriedade privada, o capital. A burguesia expropria o trabalho excedente gerado pelo trabalho proletário pela mediação da mais-valia. Veremos, no Capítulo IV, que isto requer e possibilita que o mercado seja a mediação universal entre os humanos.

O trabalho proletário cumpre uma função muito precisa – fundante – na reprodução da sociedade burguesa. Ele “produz” todo o capital. A nova tonelada de trilhos, o novo prédio de apartamentos, a nova ponte, a nova fábrica, a nova máquina, etc., resultantes do trabalho proletário representam novas (antes inexistentes) porções de capital que são produzidas ao se transformar a natureza. É neste preciso sentido, repetimos uma vez mais, que Marx afirma no livro I de *O Capital* que o proletariado é o único assalariado que “produz e valoriza” o capital. (Marx, 1985:188, n. 70).

3a. O trabalho produtivo não-proletário

Há ainda um último grande e importante conjunto de trabalhadores assalariados que, tal como o proletariado, produz mais-valia e, tal como o restante dos assalariados não-proletários, não produz o

“conteúdo material da riqueza social”. No livro I de *O Capital* Marx cita como exemplo o “mestre escola” de uma escola privada (Marx, 1985: 106). No manuscrito *Capítulo VI – Inédito*, ele cita outro exemplo que ficou famoso: o da “cantora de ópera” ao ser contratada por um empresário das artes.¹⁶

Relembremos. Diferente do que ocorria no escravismo e no feudalismo, a reprodução do capital tem na extração da mais-valia sua mediação essencial. A mais-valia é uma relação social de expropriação dos trabalhadores pela qual a mercadoria por eles produzida adquire um valor maior do que o seu custo de produção e isto ocorre, lembremos, porque a força de trabalho é a única mercadoria cujo valor de uso está em produzir, ao ser consumida, um valor maior do que o seu próprio.

Essa mercadoria, força de trabalho, pode ser empregada sob várias formas. Pode ser utilizada em um serviço como uma aula de um professor em uma escola privada e também pode ser empregada para converter uma porção da natureza em uma mercadoria (por exemplo, um martelo). Na venda das duas mercadorias, o burguês consegue extrair mais-valia, o que significa que a burguesia pode acumular seu capital tanto na venda do martelo como na venda da aula do professor.

Do ponto de vista do capitalista – e apenas desse ponto de vista – pouca diferença faz se a sua mais-valia vem da transformação da natureza ou do serviço prestado pelo professor; se a acumulação do seu capital vem pela expropriação do professor ou do proletário. Por isso, quando ele vai ao banco depositar o que acumulou de capital, o banqueiro não se interessa por saber se tal mais-valia foi gerada na transformação da natureza pelo trabalho proletário ou se pela venda da hora-aula do professor. Afinal de contas, capital é capital e ponto final.

Se, contudo, abandonamos o ponto de vista do capitalista e passamos à reprodução da sociedade em sua totalidade, as diferenças são importantes. Pela transformação da natureza o proletário produz uma mercadoria que contém não apenas a porção da natureza que ele transformou, mas também uma quantidade nova de trabalho

¹⁶ O *Capítulo VI – Inédito* muitas vezes é tomado como o texto de referência na discussão do trabalho produtivo e improdutivo em Marx. A impropriedade de assim se proceder foi discutida em Lessa, 2011:24 e ss. A principal razão é que, neste texto que Marx optou por não publicar, é afirmado que a burguesia industrial faria parte do trabalhador produtivo, uma evidente contradição com o conjunto das categorias marxianas.

que ele nela cristalizou com seu trabalho manual. Uma nova porção da riqueza social foi gerada pelo proletário (a nova tonelada de trilhos, o novo prédio, o novo quilômetro de estradas, a nova ponte, a nova tonelada de feijão ou a nova roupa, etc.). A riqueza total da sociedade se ampliou com o novo produto do trabalho proletário. Trata-se de uma nova riqueza que, como vimos, amplia o “capital social total” (Marx, 1975: 606).

Não é o mesmo o que ocorre no caso do “mestre escola” de uma escola privada. O produto do trabalho do professor (a aula) é consumido na mesma medida em que é produzido. Ao final do processo de trabalho (no caso, ao final da aula) não resta nenhuma riqueza. Tudo já foi consumido. A riqueza geral da sociedade, o “capital social total” não foi acrescido em um átomo sequer. Nenhuma nova riqueza, nenhum átomo novo do “conteúdo material da riqueza social” foi gerado.

Se o professor não produz uma nova riqueza, como o seu patrão enriquece? Pela transformação do dinheiro em capital¹⁷.

Os pais dos alunos compram com as mensalidades uma quantidade de horas-aula do dono da escola. Com o montante das mensalidades recebidas, o proprietário da escola paga os custos do seu negócio e, também, os salários dos professores. A mercadoria produzida por estes (o conjunto de horas-aula) é vendida aos pais dos alunos por um valor maior do que o de seu custo de produção e, com isto, é gerada uma mais-valia. O capitalista enriquece, seu capital se valoriza.

Contudo, nenhum novo *quantum* foi acrescido ao “capital social total”. O que os pais dos alunos “perderam” de riqueza é exatamente igual à mais-valia somada aos custos da escola e aos salários dos professores. A mais-valia, neste caso, apenas é a mediação para a transformação da riqueza já existente sob a forma de dinheiro dos pais dos alunos no capital do dono da escola. O professor da escola privada – e todos os outros serviços que geram mais-valia – apenas “valorizam” o capital, não o “produzem”.

Para que o professor venha a ser contratado pelo dono da escola, é imprescindível que já exista riqueza sob a forma de dinheiro no bolso dos pais dos alunos. Se o pai do aluno for um industrial (ou um “superintendente” de sua indústria) este dinheiro em seu bolso

¹⁷ Dinheiro, nesta acepção, é o que os indivíduos gastam com suas despesas pessoais (casa, roupa, alimentação, etc.) e capital a riqueza investida na geração de qualquer forma de lucro, mesmo que seja pela mediação do Estado.

veio do trabalho proletário. Com um banqueiro ou um assalariado do banco, o mesmo ocorre. Caso seja um comerciante ou um empregado do comércio, a origem do dinheiro que tem no bolso também é a mais-valia expropriada do proletariado. E, por fim, se for um funcionário público, como também já vimos, o seu salário se origina do trabalho proletário.

Ou seja, qualquer que seja a profissão ou a função social do pai do aluno, a origem do seu dinheiro está no trabalho do proletariado (o que nada mais é do que outra forma de dizer que toda a riqueza da sociedade burguesa é produzida pelo trabalho proletário). Essa condição (haver riqueza sob a forma de dinheiro no bolso das pessoas) só pode ser atendida se o proletariado já houver “produzido” o capital.

Em resumo: entre os assalariados, há dois grandes grupos. Há um grande grupo que produz mais-valia e outro grupo que não o faz. Os que produzem mais-valia são denominados por Marx (depois da sua crítica da Economia Política) de trabalhadores produtivos e suas atividades, trabalho produtivo (de mais-valia). Os demais trabalhadores que não produzem mais-valia são por ele denominados trabalhadores improdutivos (novamente, de mais-valia). (Marx, 1985:105-6).

As funções sociais dos trabalhadores produtivos (de mais-valia, claro) são de dois tipos. Há aqueles que produzem o “conteúdo material da riqueza social” ao converterem a natureza em meios de produção ou de subsistência. Assim fazendo, eles “produzem” o capital, “produzem” a totalidade da riqueza da sociedade capitalista. São os proletários que, com seu trabalho manual, atendem à necessidade primeira de toda reprodução social: o intercâmbio material com a natureza. E há aqueles trabalhadores produtivos (de mais-valia) que apenas convertem, com o seu trabalho, a riqueza que já existe na sociedade sob a forma dinheiro para a forma capital. Estes não produzem o capital, mas apenas servem para a sua “valorização”. São os trabalhadores produtivos que não são proletários.

Se todo proletário, portanto, é um trabalhador produtivo, nem todo trabalhador produtivo é um proletário. E, do mesmo modo, se todo proletário é um assalariado, nem todo assalariado é um proletário.

O fato de os proletários serem os únicos que, na sociedade burguesa, não vivem da exploração de qualquer outra classe social não significa que apenas eles sejam explorados. Todos os assalariados, de algum modo, são explorados pela redução de sua força de traba-

lho a mercadoria. Para o patrão, quanto menor o salário que pagar aos seus trabalhadores, maior tenderá a ser o seu lucro. Por isso, o assalariamento sempre implica em alguma forma de exploração e, portanto, de luta de classes. Isto, contudo, em nada diminui o fato de que, no interior dos explorados, há uma classe que, por não viver da exploração de nenhum outro setor, tem uma contradição mais elevada, antagônica, com todo o capital. Esta classe é o proletariado. Mas isto já é assunto para o próximo capítulo.

Podemos perceber, agora, como a riqueza produzida pelo proletariado se “esparrama”, sob a forma dinheiro, por toda a sociedade. O comércio, os bancos e os serviços, com seus assalariados e mais o Estado com os funcionários públicos, todos vivem da riqueza produzida pelo proletariado. É assim que esta riqueza se distribui pela totalidade da sociedade.

Resumo do capítulo

1. Como a sociedade burguesa é uma variante histórica das sociedades de classe, ela compartilha com o feudalismo e o escravismo o fato de ser constituída por duas classes fundamentais e uma camada de assalariados. As duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. A primeira expropria a riqueza produzida pelo proletariado, o segundo produz toda a riqueza social (“o conteúdo material da riqueza social”, como diria Marx).

2. A forma burguesa da propriedade privada, o capital, por não ser mais vinculada à terra (como era a propriedade privada no feudalismo e no escravismo), conhece uma acumulação ilimitada, por um lado e, por outro, possibilita que o burguês enriqueça explorando os trabalhadores tanto no intercâmbio material com a natureza como em outras atividades econômicas.

3. O trabalho proletário funda a sociedade burguesa, do mesmo modo que o trabalho escravo fundou a sociedade escravista e, a seu tempo, o trabalho servil fundou o modo de produção feudal. O capital é “produzido” pelo proletariado. Ao lado dele há um conjunto de outros trabalhadores que, ao produzirem mais-valia, permitem a acumulação do capital. São os trabalhadores produtivos que não são proletários. E há ainda os trabalhadores que não geram mais-valia, os trabalhadores improdutivos.

4. Nem todos os trabalhadores produtivos exercem a mesma função social. Os proletários, ao realizarem o trabalho, ao converterem em meios de produção ou de subsistência a natureza, produzem toda a riqueza social. Os outros trabalhadores produtivos apenas

transformam em capital parte da riqueza que já fora produzida pelo proletariado e que se encontra sob a forma de dinheiro.

5. Na reprodução do capital e, portanto, na reprodução da sociedade burguesa, há dois momentos fundamentalmente distintos. A *valorização* do capital pode se dar pela concentração da riqueza já existente na sociedade nos cofres de um burguês. Mas para que isso ocorra é preciso que tal riqueza já tenha sido produzida. A *produção* de toda riqueza -- todo acréscimo no “capital social total” (Marx) -- apenas pode se dar pelo trabalho manual do proletariado, que converte a natureza em meios de produção ou de subsistência.

6. Toda produção do capital pelo proletariado é, evidentemente, também um momento da valorização do capital. Mas nem toda valorização do capital se dá pela produção de uma nova parcela da riqueza social. Por isso, diferente do que ocorre no escravismo e no feudalismo, a “valorização” da propriedade privada burguesa não coincide necessariamente com sua “produção”.

Capítulo IV – Burgueses, proletários e trabalhadores

Como o trabalho do proletário é muito mais produtivo que o trabalho do escravo ou do servo, ele funda uma sociedade que necessita e, ao mesmo tempo, possibilita, um crescimento inédito da divisão social do trabalho. Surge e se desenvolve um conjunto muito maior de relações e complexos sociais do que nas sociedades precedentes. Por isso a sociedade burguesa é tão mais complexa, mais mediada, mais cheia de variações e diferenças do que o feudalismo e o escravismo. A burguesia se subdivide em comerciantes, industriais, proprietários de terras e banqueiros. Os trabalhadores se subdividem em produtivos e improdutivos de mais-valia. E os trabalhadores produtivos de mais-valia se subdividem, por sua vez, em proletários e não-proletários.

A reprodução social e a luta de classes são, se comparadas com as sociedades anteriores, muito mais mediadas. A relação do conjunto da burguesia com o conjunto dos trabalhadores assalariados é muito mais diversificada do que entre as classes dominantes e trabalhadores do feudalismo e do escravismo. No interior dos assalariados, temos a relação entre os operários e os demais trabalhadores, sejam produtivos ou improdutivos. E a relação da burguesia com o proletariado é também diferente de suas relações com os demais assalariados.

Marx, no Livro I de *O Capital*, ao se referir à relação do conjunto dos assalariados com a burguesia, utiliza o termo “classe trabalhadora”¹⁸. Trabalhadores são todos os indivíduos que são

¹⁸ São várias as passagens do Livro I de *O Capital* em que Marx emprega o termo trabalhadores ou classe trabalhadora nesta acepção. Por exemplo: “E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho — uma luta

obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário.

Toda a relação de assalariamento é portadora de uma contradição. Quem paga o salário quer pagar o menor salário possível. O assalariado, por sua vez, busca aumentar seu salário. Entre o conjunto dos assalariados e o conjunto da burguesia se desenvolve uma relação de exploração pela qual quanto maior o salário pago, menor o lucro da burguesia.

Essa contradição entre a burguesia e os assalariados é comum a todos os trabalhadores, sejam eles produtivos ou improdutivos, proletários ou não. Tanto os funcionários públicos, como os “supervisores” (Marx, 1985:44 e ss.) que personificam o capital nas fábricas ou no *agrobusiness*, como os proletários, comerciantes e bancários, nas devidas circunstâncias, negociam e pressionam (por vezes com greves e outras formas coletivas de luta) pela ampliação de seus salários. Os burgueses fazem o contrário: buscam por todos os meios reduzir os salários. Também os diferentes setores da burguesia atuam de modo distinto no trato com os seus assalariados. O “agrobusinessman” que está derrubando a floresta amazônica e o grande industrial controlam seus assalariados de modo diferente, etc.

Entre a burguesia e o proletariado, além das disputas ao redor dos salários, há outra contradição. Como toda a riqueza da burguesia advém da expropriação dos operários na transformação da natureza, o proletariado apenas pode se libertar se for capaz de se livrar dessa exploração. Se o proletariado se elevasse a classe dominante e passasse a viver do trabalho assalariado do restante da sociedade, isto significaria que uma nova burguesia teria substituído a anterior e que um novo proletariado teria sido gerado. O proletariado apenas pode superar a sua exploração se superar toda a exploração do homem pelo homem, se superar o “sistema de assalariamento”, como dizia Marx em *Salário, Preço e Lucro* (1977:337-8).

A libertação do proletariado, portanto, só pode ocorrer pela libertação de todos os trabalhadores assalariados; só pode ocorrer pelo fim da exploração do homem pelo homem. No novo modo de produção, todos serão produtores do “conteúdo material da riqueza social”, todos cuidarão da necessidade primeira da reprodução de qualquer sociedade, da “condição eterna” da vida social: o inter-

entre o conjunto dos capitalistas, isto é, a classe dos capitalistas, e o conjunto dos trabalhadores, ou a classe trabalhadora. (*Gesamtkapitalisten, d.h. der Klasse der Kapitalisten, und dem Gesamtarbeiter, oder der Arbeiterklasse*)” (Marx, 1983:190; Marx, 1975:249). Para um exame destas passagens, conferir a Parte II de *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (Lessa, 2011), tb. Lessa, 2011a.

câmbio material com a natureza. Nova redação: No novo modo de produção, todos contribuirão, na medida das suas capacidades e possibilidades para a realização das atividades necessárias à reprodução da sociedade. Esse novo modo de produção é o comunismo e dele trataremos no capítulo VI.

Entre a burguesia e o proletariado temos algo muito diferente do que encontramos na relação entre a burguesia e os demais trabalhadores. Pela mesma razão, há também uma contradição entre o proletariado e os demais trabalhadores assalariados.

É correto afirmar que os proletários e os trabalhadores assalariados compartilham de uma finalidade comum, a luta pelo aumento dos salários. Muitas vezes os proletários e os outros trabalhadores entram na luta de classes com posições muito semelhantes ou idênticas, principalmente quando se trata de lutas mais atrasadas, democráticas ou econômicas por melhores condições de vida e trabalho sob o capital. Todavia, como os trabalhadores assalariados vivem da riqueza produzida pelos operários, como seus salários têm sua origem no capital produzido pelos proletários, eles compartilham com a burguesia o fato de serem integrantes da porção da sociedade que parasita o trabalho proletário.

Abre-se, com isso, um enorme campo de flutuações políticas. Por vezes, todos os trabalhadores (inclusive os proletários) participam de lutas comuns. Outras vezes, principalmente quando se trata de embates que colocam em questão a propriedade privada, não é incomum a burguesia conseguir o apoio de parcelas enormes dos assalariados *contra* os operários. Uma das características mais importantes das crises revolucionárias e que em larga medida decide o próprio resultado de tais crises, é precisamente a parcela maior ou menor de trabalhadores que o proletariado consegue atrair. A vitória da burguesia é muito facilitada quando ela consegue isolar os operários do conjunto dos trabalhadores. Nesses momentos - nessas “esquinas” da história (Arcary, 2004) - a luta política e ideológica joga um papel de primeira importância para decidir qual parcela dos trabalhadores ficará com qual das duas classes fundamentais em luta.

O proletariado pode derrubar o capital e instaurar a transição para uma sociedade sem classes, mas não pode deixar de ser explorado sob o capital. Toda luta por melhores condições de venda da sua força de trabalho – portanto, pela regulamentação da jornada de trabalho, por melhores salários, por maior estabilidade no emprego, etc. – pode apenas conquistar vitórias passageiras e pontuais. Mais cedo ou mais tarde, o capital termina retomando o que os traba-

lhadores conseguiram, seja aumentando os preços, seja por outros mecanismos econômicos. Por isso, Lenin, no início do século 20, vai distinguir a luta econômica – aquela centrada nos melhores salários ou jornadas de trabalho menos indignas – da luta revolucionária. Esta última é o campo em que o proletariado pode conseguir sua única vitória decisiva: a abertura da transição ao comunismo, isto é, o socialismo. Nas lutas econômicas, por mais que se faça, mantêm-se as condições históricas nas quais a burguesia compra a força de trabalho. Enquanto esta for uma mercadoria para ser comprada e vendida, ela necessariamente produzirá o capital, ou seja, a opressão dos trabalhadores.

Resumo do capítulo

1. A reprodução social e a luta de classes na sociedade burguesa são muito mais complexas do que nas sociedades anteriores. Essa complexidade se manifesta no interior das classes e também nas relações entre elas.

2. Entre o conjunto da burguesia e o conjunto dos assalariados sempre está presente uma contradição, pois a burguesia quer pagar o menos possível e os trabalhadores querem aumentar o mais possível os seus ganhos.

3. A contradição entre a burguesia e o proletariado é diferente e mais profunda do que aquela que existe entre ela e os demais assalariados. Ela envolve a exploração do homem pelo homem e, por isso, coloca em causa a propriedade privada.

4. A relação entre o proletariado e os outros assalariados também é complexa. Por um lado, há lutas comuns quando se trata de melhorias na vida sob o capital. Por outro lado, pode haver uma oposição quando se trata de uma confrontação radical com o capital. Isso tem enormes implicações no processo revolucionário.

Capítulo V – Emancipação política, democracia e cidadania

Como a revolução proletária requer a quebra e a destruição do Estado burguês, é importante que entendamos não apenas como o proletariado produz toda a riqueza da sociedade burguesa, mas também como funciona a relação entre o Estado e a sociedade burguesas. É deste último aspecto que trataremos neste capítulo.

Mencionamos, nas primeiras linhas do capítulo anterior, que a propriedade privada, no escravismo e no feudalismo, por ser ainda ligada à terra, fez com que as classes dominantes do passado não pudessem acumular riquezas indefinidamente. A partir de um determinado ponto, não havia mais possibilidade de conquista de novas terras. Isto se alterou com o capitalismo. O fato de o capital ser uma forma de propriedade privada que, em si própria, possibilita uma acumulação infundável e incessante, possibilita um inédito desenvolvimento da produção, de novas tecnologias e de novos produtos. O capitalismo tem como uma de suas particularidades mais marcantes esta sua pulsão incontrolável para o aumento da produção e do consumo.

Esta dinâmica própria e particular do modo de produção capitalista possui uma exigência básica: o dinheiro (a representação do capital) precisa ter livre curso por toda a sociedade, o que significa que todas as relações e complexos sociais devem ser mediados pelo dinheiro. O mercado deve ser a força preponderante na organização da vida econômica. O que, por sua vez, requer que todos os produtos do trabalho devam ser mercadorias e, por outro lado, que o Estado não atrapalhe o livre circuito do capital.

Esta é a razão mais importante para que o trabalho tenha sido reduzido à mercadoria força de trabalho. Apenas uma força de tra-

balho que também é mercadoria pode fazer com que todos os produtos por ele produzidos sejam, sem exceção, também mercadorias.

1. A relação entre economia e Estado

No escravismo e no feudalismo (e, também, no modo de produção asiático, que não estamos estudando) a propriedade privada ainda estava associada à terra. A riqueza típica do senhor de escravos era a terra com escravos; a do senhor feudal, a terra com servos. Isto tem duas consequências importantes para nosso estudo. A primeira: para além de um certo ponto não era possível conseguir mais terras e já não compensava colocar mais escravos ou servos na propriedade. A acumulação da propriedade privada era, assim, bastante limitada.

A segunda, que nos interessa mais de perto agora, era que a posse da terra tinha que ser regulamentada e o Estado entrava neste momento como uma mediação decisiva. Fora de suas comunidades, o senhor feudal e o senhor de escravos não tinham reconhecidos os seus “direitos” de classe dominante. Na China, o Barão de Rotschild não seria levado a sério se reclamasse do Imperador uma parcela da renda do Estado chinês pelo fato de ser ele um nobre na França. O poder da classe dominante não ia além da comunidade política a que pertencia porque sua propriedade privada não tinha valor para além dos limites desta mesma comunidade.

Com o capitalismo, tudo isso se alterou.

O desenvolvimento do comércio na Europa Medieval fez com que, a nobreza feudal e o rei absolutista passassem a empregar o poder do Estado para se apoderar de uma parte da riqueza acumulada pela burguesia. Um exemplo bastante mencionado é o da produção de tapetes em Paris. Por determinação do rei, apenas a família Gobelin poderia produzir tapetes nessa cidade. Com esse monopólio, os Gobelin estabeleciam o tapete que iriam produzir e, também, em larga medida, o preço. Nesse preço estava contido, além do lucro, também um montante que seria transferido ao rei e aos funcionários do Estado. Se esse monopólio não existisse, muito mais burgueses poderiam produzir tapetes, o comércio e a economia se desenvolveriam, mas o rei e a burocracia perderiam parte de seus rendimentos. Outro exemplo importante são as regulamentações do Estado que fixavam os servos no campo, dificultando que a burguesia conseguisse a mão de obra barata de que necessitava nas cidades. Leis impediam as terras dos nobres de serem compradas e vendidas, bem como que fossem tomadas pelos burgueses quando

os nobres não pagavam suas dívidas. A burguesia necessitava quebrar toda essa “ingerência do Estado” nas relações econômicas. Isto era fundamental para seu desenvolvimento.

As Revoluções burguesas, entre os séculos 17 e 19, eliminaram esta ingerência do Estado na economia. O Estado absolutista foi convertido no Estado burguês (que é o Estado que hoje conhecemos). O Estado burguês se diferencia dos outros porque ele não interfere direta e cotidianamente para estabelecer quem será ganhador ou perdedor no mundo de concorrência que é o capitalismo. Ele não determina que o Eduardo produzirá ferro e que Pedro terá o monopólio do comércio do remédio para Aids. Essas questões são normalmente resolvidas pelo mercado. Do mesmo modo, salvo raras exceções, o Estado burguês não estabelece preços nem determina a produção de cada fábrica, etc. O funcionamento do mercado não mais sofre as interferências nem é dominado no seu dia a dia pela esfera da política, como ocorria no Estado absolutista. Esta retirada do Estado da economia é a “emancipação política” do capital, que se liberta da “ingerência do Estado”.

O papel histórico do processo que Marx denominou de “emancipação política” é precisamente a substituição do Estado pelo mercado na regulamentação do funcionamento da economia. Com a expressão “emancipação política” Marx quis salientar os limites da sociedade burguesa. Esta não é o reino da liberdade humana, mas o reino da liberdade do capital o qual, de dominado, passa a dominar o Estado. O reino da liberdade humana é denominado por Marx de “emancipação humana” – emancipação humana do capital, da propriedade privada e de tudo que a acompanha. Mas isso é assunto para mais à frente.

2. O domínio desimpedido do capital

Na sociedade burguesa, as pessoas devem se relacionar livremente, isto é, devem poder optar por fazer este ou aquele negócio, vender para este ou aquele capitalista sua força de trabalho e, correspondentemente, o capitalista deve ter a liberdade de escolher qual trabalhador irá contratar. O mercado, e não mais o Estado, passa a ser o organizador da produção na vida cotidiana. E o mercado nada mais é que a expressão cotidiana do capital.

Tanto o Estado, como a política, passaram por mudanças importantíssimas. Uma boa parte da luta de classes, em especial a luta econômica ao redor do valor dos salários e da jornada de trabalho,

ocorrerá sem a interferência direta do Estado. Sindicatos de trabalhadores e de patrões farão aqui as mediações. O exercício do poder político passa a ser o resultado de uma disputa entre os diferentes setores da burguesia e deixa de ser hereditário, como ocorria com o Estado absolutista. A luta política requer novas instituições, como a separação dos “três poderes” e o desenvolvimento do complexo do Direito (o Direito burguês). A família patriarcal se altera e entra na história a família burguesa, retratada por Zola (*Nana; Como se casa, como se morre*), Balzac (*O pai Goriot*), Flaubert (*Madame Bovary*) e Ibsen (*A casa de bonecas*). A totalidade da vida conhece mudanças, na moda, na alimentação, na arquitetura, na escultura, na música, etc.

Com a emancipação do mercado da tutela do Estado (a emancipação política), a violência não pode mais ser decorrência da vontade do soberano ou do proprietário. Sua aplicação deve ser acompanhada por ideologias que a justifiquem e o Estado precisa velar seu conteúdo de classe para aparecer como neutro frente aos conflitos. A ideologia passa, então, a cumprir uma função social mais importante do que nos modos de produção anteriores.

A emancipação política do capital é a origem da democracia e da cidadania. O capitalista tem a propriedade do capital e o trabalhador de sua força de trabalho. Perante o Estado esses dois sujeitos são igualmente cidadãos, são rigorosamente iguais. Ou seja, na relação com o Estado, ambos são despidos de suas qualidades concretas para serem considerados apenas em seu momento formal, como sujeitos de direitos e deveres. Na medida em que o Estado ignora as reais desigualdades entre os indivíduos, ele na verdade permite ao capitalista a maior liberdade para explorar os trabalhadores e proletários.

A compra e venda da força de trabalho implica que todos os indivíduos tenham determinados direitos e deveres. A propriedade do capitalista (o capital) e do trabalhador (a força de trabalho) deve ser respeitada; a troca de dinheiro por força de trabalho deve seguir determinadas regras e, por seu lado, o trabalhador também deve aceitar determinados limites a sua ação (por exemplo, não deve produzir menos do que puder, não deve sabotar a produção, não deve propositalmente quebrar as ferramentas do patrão, etc.). O Direito do trabalho em larga medida expressa estas necessidades de direitos e deveres na relação entre o capital e o assalariado. Aceitar tais direitos e deveres é condição indispensável para participar da reprodução dessa sociedade. Faz parte de tais direitos que os indivíduos tenham a possibilidade de lutarem para criar, ampliar e aperfeiçoar os seus direitos de cidadania, isto é, de que possam melhorar as

condições de *venda* da força de trabalho ou, no caso de o cidadão ser um burguês, que possa melhorar as condições de *compra* da força de trabalho. O que significa, claro está, não questionar o próprio ato de compra e venda da força de trabalho ou, como diria Marx, não questionar o “sistema de assalariamento” (Marx, 1977:377-8).

O capital apenas pode se reproduzir plenamente e de forma desimpedida na medida em que consegue diminuir ao máximo a ingerência do Estado na economia. Uma vez quebrado o Estado absolutista pelas revoluções burguesas, o Estado burguês rapidamente moldará sua forma e seu conteúdo a essas novas necessidades trazidas pelo capital. O Estado agora reconhece os direitos individuais de seus cidadãos (acima de tudo, o direito à propriedade) e deles requer alguns deveres. É o reino da cidadania e das liberdades democráticas. É o Estado democrático.

Os liberais e conservadores afirmam, muitas vezes, que o Estado burguês, democrático, significa uma ruptura essencial com as formas pré-capitalistas de Estado. Eles não tem razão. O Estado democrático é bastante diferente do Estado absolutista e do Estado escravista. Contudo, a sua essência continua a mesma. Com a passagem ao capitalismo, para que o Estado possa continuar sendo o instrumento especial de repressão contra os trabalhadores, é necessário que ele se converta no Estado burguês. A mesma necessidade de proteção da propriedade privada que se fazia presente no passado, atua também no capitalismo. O que mudou foi a propriedade privada. O capital, para se reproduzir, necessita do Estado burguês, da “emancipação política”.

Portanto, na esfera da produção, o capitalismo reduz todos os produtos do trabalho a um denominador comum, que é o tempo de trabalho socialmente necessário cristalizado em cada mercadoria. O Estado burguês procede do mesmo modo. Ele dissolve no mundo imaginário da cidadania os burgueses, os seus auxiliares assalariados e os proletários reais. Todos se tornam, agora, iguais: cidadãos. Ao ignorar as desigualdades reais entre as pessoas e gerenciar apenas a sua igualdade imaginária como cidadãos, o Estado deixa o capital livre para controlar a reprodução da sociedade.

A democracia é precisamente isso: a forma ideal de organização política que possibilita ao capital exercer seu domínio da maneira mais desimpedida. Ela é incapaz de superar a desigualdade social porque sequer pode considerar as diferenças geradas por ela. Para a democracia, todos somos iguais, todos somos cidadãos. Por isso, cabe ao mercado (ao capital) determinar o que será produzido, como

será produzido e com quem ficará a riqueza produzida. Marx e Engels mostraram com riquíssimos detalhes históricos (em *A ideologia alemã*, no *Manifesto Comunista*, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em *O capital*, em *As lutas de classe na França*, em *Crítica aos programas de Gotha e Erfurt* e, por fim, de uma lista que poderia ser maior, o clássico de Engels com base nas anotações de Marx, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*) como do desenvolvimento da cidadania (e da democracia) apenas pode resultar uma dominação mais eficiente do capital sobre os trabalhadores e proletários.

A transição ao capitalismo trouxe uma grande novidade, uma mudança decisiva na relação do Estado com a totalidade social, a “emancipação política”. O capital se libertou da opressão do Estado absolutista e a sociedade passou a ser predominantemente organizada pelo mercado. A vida humana caiu sob o domínio do capital. A sociedade passou a ser “democraticamente” organizada e os seus membros são, agora, cidadãos.

Resumo do capítulo

1) O capitalismo trouxe grandes novidades históricas. Vimos, nesse capítulo, uma primeira e importantíssima: a emancipação da esfera econômica da ingerência do Estado. A democracia é a forma mais plena de a sociedade ser dominada pelo mercado, pelo capital. Reduzidos os indivíduos ao denominador comum de cidadãos, as desigualdades reais entre eles são desconsideradas. O capital, agora, está livre do controle do Estado. Na verdade, é ele que controla o Estado.

2) O mercado reduz todos os produtos da atividade humana – e todos os indivíduos -- ao denominador comum do tempo de trabalho socialmente necessário. Tudo agora é resumido ao valor da mercadoria e tudo e todos não passam de mercadorias. Algo análogo realiza o Estado burguês: reduz todos os indivíduos à cidadania. Enquanto cidadãos, o Estado pode tratar a todos como se fossem iguais, desconsiderando a desigualdade que brota da exploração do trabalho pelo capital.

3) O livre jogo das leis do mercado e a liberdade democrática se complementam; são as duas diferentes faces da mesma moeda: o capitalismo.

Capítulo VI – O que é uma classe revolucionária?

1. A burguesia, a primeira classe revolucionária

Para esclarecermos o que é uma classe revolucionária e o que é uma revolução, é imprescindível que voltemos à história.

As revoluções são um fenômeno social que aparece muito tardiamente na história. A humanidade, tal como hoje a conhecemos, iniciou-se, segundo os dados da arqueologia mais recentes (mas que inevitavelmente serão corrigidos em futuro próximo, pois os avanços científicos nessa área têm sido muito rápidos), ao redor dos 100 mil anos atrás. As primeiras sociedades de classes datam de aproximadamente 12 mil anos atrás. A primeira revolução, a Revolução Inglesa (1642-1649), ocorreu há pouco mais de 350 anos. A primeira grande revolução, que fez com que esse fenômeno social fosse, com as devidas diferenças de local a local, sentido por toda a humanidade, foi a Revolução Francesa (1789-1815), ou seja, há pouco mais de 220 anos.

Data também desse período a primeira classe revolucionária e, até hoje, a única que foi capaz de realizar plenamente seu projeto histórico: a burguesia.

Essa é a situação histórica mais geral que enfrentamos. Até hoje a humanidade conheceu apenas duas classes revolucionárias: a burguesia e o proletariado. Dessas duas, apenas a burguesia foi capaz de transformar revolucionariamente a sociedade. O proletariado, por motivos históricos muito profundos (que discutiremos brevemente no Capítulo VII), não realizou ainda a sua revolução. Para investigarmos o que é uma classe revolucionária e o que é uma revolução não contamos com nenhum outro exemplo acabado e plenamente

realizado além dos deixados pela burguesia.

Para aumentar ainda mais as dificuldades, os clássicos do marxismo – não apenas Marx e Engels, mas também Lenin, Trotsky, Gramsci, Lukács, Rosa Luxemburgo, etc. – ainda que com muitas diferenças, compartilharam da perspectiva de que o comunismo estava próximo nos dias em que viveram. Nenhum deles analisou os eventos de seus dias como partes do prolongado período de derrotas das tentativas revolucionárias. Como hoje é mais fácil de ser percebido, o estalinismo, a socialdemocracia e as derrotas da primeira metade do século XX não eram a antessala da transição ao comunismo, mas sim o prenúncio do mais extenso período histórico sem revoluções desde a Revolução Francesa. (A última grande revolução, com impactos mundiais, foi a Revolução Chinesa, que terminou em 1949).

A essas dificuldades se somam ainda outras. Marx e Engels e muitos marxistas depois deles, utilizaram o termo revolução de modo bastante diversificado. Por exemplo, Marx denomina a Revolução de 1848 (uma derrota dos trabalhadores que não abriu a transição para o comunismo) com a mesma palavra que emprega para denominar a Revolução Francesa ou a revolução proletária ainda por vir. É evidente que em cada caso ele está tratando de fenômenos sociais bastante distintos. Hoje, o emprego do termo revolução é ainda mais diversificado. Para alguns, revolução significa um lento movimento de transformação capilar da sociedade (pensemos na “economia solidária” de Paul Singer (Singer, 2008); para outros, remete a um fenômeno mais próximo da explosão de 1917; para outros, ainda, é um levante mais duro ou mais sangrento, mesmo que não chegasse a alterar a essência da sociedade (Arcary:2004) e, outros, por fim, entendem revolução como a troca de classes no poder da sociedade, abrindo a transição para um novo modo de produção.

O que seria uma revolução comunista?

2. Revoltas e revoluções

A primeira revolução foi aquela que aconteceu na Inglaterra, em 1642-49. Foi a primeira revolução burguesa. A burguesia inglesa, depois da sua vitória, foi substituída no papel de vanguarda revolucionária pela burguesia francesa que, em 1789, iniciou a maior e mais clássica de todas as revoluções burguesas, a Revolução Francesa.

As revoluções francesa e inglesa são essencialmente diferentes das inúmeras revoltas dos explorados que as precederam. Desde que surgiu a exploração do homem pelo homem, as revoltas fazem parte da

história. Não apenas os trabalhadores em geral, mas também as mulheres, não raras vezes se revoltaram contra a exploração e contra o patriarcalismo.

Nenhuma dessas revoltas, todavia, poderia ser uma verdadeira revolução. O desenvolvimento das forças produtivas era ainda tão baixo que o poder de os homens fazerem a história era fortemente contrabalançado pela interferência dos fenômenos naturais sobre a vida das sociedades. Isto não possibilitava que os indivíduos tomassem consciência de que são os únicos senhores de sua história. Isto significa que, naquele momento, ainda não era possível o surgimento de uma consciência revolucionária. Os deuses e as forças sobrenaturais pareciam ainda responsáveis por uma parte importantíssima dos destinos humanos. Os indivíduos não podiam ir além de compreender suas existências como o padecer conformado de um destino imposto aos homens pelos deuses, pela natureza ou por qualquer outra força transcendental. Em resumo, faltavam as mediações materiais, práticas e ideológicas para que os seres humanos se propusessem a tarefa gigantesca de alterar, pelas suas ações, a essência do modo de produção.

A passagem ao capitalismo comercial, o surgimento do mercado mundial e o desenvolvimento das manufaturas possibilitaram um tal desenvolvimento das forças produtivas que, pela primeira vez, houve uma classe que possuía a potência histórica imprescindível – o que inclui a consciência desta potência – para propor e levar adiante tal transformação da sociedade.

É nisso, essencialmente, que diferem as revoltas pré-capitalistas das revoluções burguesas. Nas primeiras, não há condições para que surja uma classe revolucionária que lidere a transição a um novo e superior modo de produção. Nas revoluções burguesas, é exatamente isso que ocorre.

O que encontramos nesses dois exemplos da Inglaterra e da França é o resultado de um longo processo de intensificação da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, desencadeado pelo capitalismo nascente, e as formas predominantes de propriedade que ainda eram feudais. As diferentes classes – e, dentro delas, seus diferentes setores e agrupamentos – conheceram um movimento pelo qual suas consciências foram se desenvolvendo na medida em que as contradições objetivas também evoluíam.

A destruição do modo de produção feudal era também a libertação da opressão absolutista feudal dos servos, dos pequenos artesãos e comerciantes, dos profissionais liberais e, claro, dos próprios burgueses. A burguesia pôde se converter em classe revolucionária

também porque seu projeto histórico era a emancipação da opressão feudal da enorme maioria da população de seu tempo.

O projeto histórico da burguesia pôde cumprir esse papel porque a própria burguesia ocupava um lugar decisivo, central, na reprodução da sociedade de então. Ainda que politicamente a França e a Inglaterra fossem dominadas pelas forças absolutistas, a economia estava nas mãos da burguesia. O fundamental da riqueza de então tinha por mediação de sua realização a burguesia. Embora fossem os servos e os artesãos que produzissem a maior parte da riqueza, uma boa parte vinha também do comércio internacional e, até mesmo, dos saques de outros povos. Foi essa inserção na reprodução da sociedade de seu tempo que possibilitou à burguesia ter a força necessária para ser a portadora do projeto histórico de todas as outras camadas e classes sociais em oposição ao absolutismo.

Tanto na Inglaterra, quanto na França, o amadurecimento da situação levou a burguesia a se organizar prática e teoricamente, política e ideologicamente para a derrubada do absolutismo (com tudo de diferente que há entre o absolutismo inglês e o francês). De outro lado, as classes então no poder fizeram de tudo para adiar o dia do embate final e para tentar vencê-lo quando este se tornou inevitável.

Em ambos os casos, a abertura da crise revolucionária é precedida de negociações por parte da facção mais moderada da burguesia com o rei e a facção menos retrógrada da nobreza. Em ambos os casos, tais manobras adiam o início da crise revolucionária, com o efeito colateral, não desejado por aqueles que negociavam, de que as tensões se tornaram ainda maiores. Em ambos os casos, a crise revolucionária começou sem que isso fosse planejado por nenhuma das forças em conflito.

Uma vez iniciada a revolução, em algumas décadas o trabalho assalariado se universalizou e o capital substituiu a propriedade feudal. A velha classe dominante, com suas instituições e seus privilégios, foi eliminada da história e substituída pela burguesia.

Vale enfatizar que a revolução, no sentido pleno do termo, implicou dois momentos fundamentais e inseparáveis: o momento político e o momento social. O primeiro significou uma mudança fundamental quanto ao poder político. O segundo, uma transformação essencial na forma do trabalho. O modo como se articularam esses dois momentos nas revoluções burguesas difere, essencialmente, como veremos no próximo capítulo, da revolução proletária.

Resumo do capítulo

1. Para compreender o que é uma revolução e o que é uma classe revolucionária é preciso recorrer à história. A burguesia foi a primeira classe revolucionária. Os exemplos clássicos de revolução foram a Revolução Inglesa (1642-1688) e a Revolução Francesa (1789-1815).

2. As revoluções burguesas foram as primeiras revoluções porque o desenvolvimento das forças produtivas tinha permitido que a burguesia se tornasse a primeira classe a poder liderar uma transformação radical da sociedade.

3. Diferentemente dos golpes e revoltas que a precederam, a revolução burguesa sempre significou além de uma mudança no poder político também uma radical transformação na base material da sociedade, na forma do trabalho.



Capítulo VII – A revolução proletária

1. O capitalismo não enterra a si próprio

Por ser a revolução burguesa a transição de uma sociedade de classes a outra, o Estado tinha que ser convertido de absolutista em burguês, mas tinha que ser mantido. A propriedade privada burguesa tinha que superar a propriedade privada feudal, mas a propriedade privada deveria permanecer. A família monogâmica aristocrática tinha que ser substituída pela família burguesa, mas a superação do patriarcalismo não era ainda uma tarefa histórica. E, por fim, tratava-se de substituir a classe dominante por outra, não da abolição das classes sociais.

Por ser uma nova sociedade de classes – e não a superação das sociedades de classes -- as relações de produção capitalistas puderam surgir e se desenvolver ainda sob o modo de produção feudal. Por longos séculos, feudalismo e capitalismo conviveram. A burguesia pôde dar seus primeiros passos e estabelecer as primeiras formas típicas de exploração capitalista dos trabalhadores sob o Velho Regime. Houve um longo período no qual as novas relações de produção foram se desenvolvendo no interior das velhas, possibilitando que a classe revolucionária, a burguesia, fosse expandindo seu poder econômico e político sob o absolutismo para, finalmente, tomar o poder.

Nada de semelhante ocorrerá com a revolução proletária.

A revolução proletária -- quando e se vier a acontecer -- será a abertura da transição ao modo de produção comunista. Neste, a reprodução da sociedade será fundada por uma forma inteiramente nova de intercâmbio material com natureza, o trabalho associado e a

sociedade assumirá a forma da “livre organização dos trabalhadores associados”.

O trabalho associado significa que as necessidades humanas -- e não mais a riqueza da classe dominante -- irão dirigir a produção do “conteúdo material da riqueza social” pela transformação da natureza nos meios de produção ou de subsistência. O imprescindível, para tanto, é o *controle livre, consciente, coletivo e universal dos produtores sobre o processo de produção e distribuição da riqueza*. A sua forma de organização (que terá que ser muito mais sofisticada e complexa do que as formas de organização do trabalho que conhecemos hoje sob o capitalismo, porque terá que ser, necessária e imediatamente, mundial) deixará nos museus (ou na lata de lixo da história, na famosa expressão de Engels) o controle do trabalho manual pelo trabalho intelectual e toda a hierarquia que necessariamente acompanha o trabalho alienado.

O trabalho associado requer, por sua vez, a superação da propriedade privada e do poder político que dela nasce e com ela se desenvolve. O Estado, a política e a democracia serão ultrapassados do mesmo modo como serão deixados para trás o dinheiro, o mercado e o patriarcalismo. A cooperação social substituirá a universalidade da concorrência hoje predominante. Essa cooperação será tão “natural” e tão “imprescindível” à reprodução da sociedade comunista como o são hoje a concorrência econômica e a luta pelo poder político.

Como não se trata da passagem a um novo patamar histórico da sociedade de classes, mas da transição a uma sociedade inteiramente nova, não há qualquer possibilidade de o modo de produção comunista começar o seu desenvolvimento nos “interstícios” do capital. Nenhuma modalidade de organização no interior da sociedade capitalista tem a possibilidade de ser portadora das novas relações de produção fundadas pelo trabalho associado. Esta foi a grande ilusão dos socialistas utópicos da época de Marx e Engels e é o grande equívoco de muitos socialistas ainda hoje.

O mero desenvolvimento do capitalismo não conduzirá a nada mais do que ainda mais capitalismo. Formas coletivas de propriedade privada, como as fábricas ocupadas e as cooperativas de trabalhadores, não vão além, no melhor dos casos, de um rearranjo das relações de produção capitalistas. O trabalho continua assalariado, o seu produto continua sendo uma mercadoria, o mercado é a mediação com a totalidade social, etc. Podem ser, e frequentemente são, formas importantes de resistência, mas não são e nem podem ser o

socialismo ou o comunismo em miniatura. A crise do sistema do capital pode destruir a humanidade e, mesmo assim, não dará origem ao modo de produção comunista.

Por isso, segundo Marx e Engels (e, neste particular, Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Lukács, Gramsci, Mandel e Mészáros, para ficarmos apenas com alguns dos mais importantes marxistas), o capitalismo não destrói a si próprio. O desenvolvimento do capitalismo pode até mesmo extinguir a humanidade ou produzir uma crise de proporções tão elevadas que assistamos a um recuo das capacidades produtivas da humanidade a patamares muito inferiores ao atual, sem que o capital venha a ser superado. Não importa a crise, não importa o nível de alienação e desumanidade, não importa quão destrutivo tenha se tornado o sistema do capital, ele não enterrará a si próprio. Em outras palavras, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas não conduz “automaticamente” ao comunismo.

2. O capitalismo cria seu próprio coveiro

Sem a destruição revolucionária do sistema do capital não haverá transição possível ao comunismo. Nesse preciso sentido o capitalismo não terá uma “morte natural”, não destruirá a si próprio ao desenvolver suas próprias contradições.

Se tal tese é verdadeira, não menos correto é que o capitalismo gera o seu próprio coveiro. Em dois sentidos precisos: gera uma classe revolucionária, o proletariado, e gera a possibilidade e a necessidade (não a inevitabilidade) da revolução.

Já vimos que todas as sociedades de classes se caracterizam por serem compostas por duas classes fundamentais e, entre elas, uma camada mais ou menos ampla de assalariados que são os auxiliares da classe dominante. Senhores de escravos e escravos, senhores feudais e servos, burguesia e proletariado. Entre estas duas classes fundamentais, encontramos sempre os auxiliares das classes dominantes, na maior parte das vezes, assalariados. Como vimos nos Capítulos I e II, em todas as sociedades de classes a riqueza social é produzida no intercâmbio material com a natureza, já que é ali que se realiza a produção do “conteúdo material da riqueza social”. Os escravos produzem toda a riqueza da sociedade escravista, os servos cumprem a mesma função no feudalismo. No capitalismo cabe ao proletariado (do campo e da cidade) a produção de toda a riqueza social, a “produção do capital”, como diz Marx.

Recordemos, ainda, o que vimos no Capítulo III. Tanto a bur-

guesia quanto o conjunto dos assalariados não proletários vivem da riqueza produzida pelo proletariado. Mesmo que sejam produtivos (de mais-valia), os assalariados não proletários apenas produzem mais-valia ao converter a riqueza já existente na sociedade sob a forma dinheiro para a forma capital. Por isso, produtores ou não de mais-valia, os assalariados não proletários fazem parte da porção parasitária da sociedade pois, tal como a burguesia, têm seus rendimentos também advindos do trabalho proletário.

Como também vimos no Capítulo III, isto significa que os assalariados não proletários têm uma contradição de classe com a burguesia inteiramente distinta da do proletariado. Para não nos repetirmos além do necessário: na medida em que seus rendimentos têm sua origem na expropriação do proletariado pela burguesia, seu horizonte histórico não vai além de reclamar que uma parcela maior dessa riqueza seja a eles transferida por uma elevação dos seus salários. Não é difícil perceber os limites dessa luta. Por mais que se ampliem os salários, a exploração do homem pelo homem continuará sendo o fundamento da sociedade. A luta por melhores salários pode conduzir, no seu absurdo limite máximo, a uma distribuição equitativa entre a burguesia e os assalariados da riqueza expropriada do proletariado pelos capitalistas, mas não conduzirá jamais ao fim da exploração do homem pelo homem.

Algo muito diferente ocorre com o proletariado. Sua contradição com a burguesia não se limita à luta por melhores salários (pois, novamente, por maiores que sejam os salários que recebam da burguesia, os proletários continuarão sendo por ela expropriados). O proletariado apenas pode se emancipar da exploração se for capaz de se emancipar do domínio do capital. Para isso é imprescindível uma radical subversão do trabalho. É imprescindível que se transite do trabalho que produz o capital para o trabalho que produz o que os humanos necessitam. O trabalho que produz valores de troca deve ser substituído pelo trabalho que produz valores de uso, isto é, o necessário para a vida humana e não mais a propriedade privada da burguesia, o capital.

Toda a ordem social será revolucionada com essa transformação. Muitas mediações sociais, muitos complexos sociais imprescindíveis para a reprodução da sociedade capitalista se tornarão incompatíveis com a sociedade que está se emancipando. Não apenas as classes sociais, mas também o Estado, a propriedade privada, a exploração do homem pelo homem e a família monogâmica – para ficarmos com o essencial da plataforma revolucionária de Marx e Engels – serão deixados para trás, tal como na história ficaram para trás a roda de fiar e

o machado de bronze (na famosa expressão de Engels). O mercado desaparecerá porque do trabalho não resultarão mais mercadorias. O dinheiro desaparecerá porque não haverá mais mercadorias das quais ele seja a expressão universal. A divisão da humanidade em territórios dominados por porções nacionais da burguesia mundial será superada pela Internacional, uma terra “sem patrões”.

Por isso, a emancipação do proletariado é também a emancipação de toda a humanidade. O interesse particular do proletariado, seu projeto histórico, coincide com a superação de toda ordem social baseada na exploração do homem pelo homem, mediada pelas classes sociais, pelo Estado e pela família monogâmica. Por isso, o proletariado é a classe revolucionária por excelência. Pela mesma razão, o projeto revolucionário possível, hoje, é a revolução proletária.

Resumo do capítulo

1. Uma revolução é a articulação entre a tomada do poder do Estado por uma classe e a alteração essencial do trabalho, do modo como se produz os meios de produção ou de subsistência pela transformação da natureza. Toda revolução articula um momento político (a tomada do poder) com um momento social (a transformação da reprodução social pela alteração da essência do trabalho).

2. Entre muitas outras, há uma diferença essencial entre a revolução burguesa e a revolução proletária. A primeira é uma mudança no interior da sociedade de classes, mantendo, portanto, a exploração. A segunda é a transição para uma sociedade sem classes, livre de toda exploração. Por isso, essa transição não pode começar no interior da sociedade capitalista.

3. A classe que tem a potência histórica de conduzir a superação do capitalismo é gerada pelo próprio capitalismo. A contradição do proletariado com a burguesia é de tal ordem que apenas pode ser superada com a eliminação de toda forma de exploração.



Capítulo VIII – Possibilidade e necessidade da revolução proletária

Como já vimos no capítulo I, entre a Revolução Neolítica e a Revolução Industrial, as sociedades de classes foram as mais eficientes para o desenvolvimento das forças produtivas. A razão fundamental deste fato é a carência. Os recursos seriam totalmente consumidos caso fossem repartidos pela sociedade. A concentração da riqueza na classe dominante tornou disponíveis enormes recursos para o desenvolvimento das forças produtivas, embora ao custo imenso da miséria da maior parte da sociedade.

O que precisamos examinar agora é o que ocorre com a reprodução da sociedade de classes quando passamos, graças à Revolução Industrial, da carência à abundância.

1. Propriedade e mercado

Em todas as sociedades de classes, ainda que no modo de produção feudal essa característica apareça mais claramente após os séculos 11 e 12, o mercado é uma mediação fundamental para a reprodução da propriedade privada (sempre da classe dominante, lembremos).

Para que o mercado “funcione”, é imprescindível que os preços estejam acima dos custos de produção e, para isso, a carência jogou um papel fundamental. Ela, a carência, significa que a procura será estruturalmente maior do que a oferta e os preços se manterão elevados. Por milhares de anos, de modo “natural” (na medida em que não exigia qualquer intervenção humana), as classes possuidoras tinham no mercado um mecanismo muito eficiente de reprodução de sua propriedade privada.

Essa situação se alterou, na sua essência, com a Revolução In-

dustrial.

Até então, as ferramentas típicas eram aquelas movidas pela força humana, o que fazia com que o desenvolvimento destas ferramentas tivesse na capacidade humana de gerar energia um limite decisivo. Com a introdução da máquina a vapor na produção, esse limite foi ultrapassado. A produção se elevou a um novo patamar¹⁹. A humanidade passou da condição em que a carência era inevitável para outra, muito superior, de abundância. Pela primeira tornou-se possível produzir mais do que o necessário para abastecer todas as pessoas do planeta.

É preciso, contudo, certa cautela para não reduzir a Revolução Industrial a essa mudança fundamental na tecnologia que foi a introdução das máquinas na produção. Por mais decisivas que tenham sido as novas tecnologias, elas próprias são também o resultado de um processo histórico mais amplo. O desenvolvimento do mercado mundial, a riqueza acumulada principalmente na Inglaterra e, ainda nesse país, a disponibilidade de uma vasta quantidade de trabalhadores forçados a abandonar o campo pela cidade na medida em que o capitalismo ia penetrando na agricultura (os cercamentos), todos esses fatores tornaram lucrativa a adaptação da máquina a vapor para a produção industrial. Essas são as causas do surgimento das novas tecnologias naquele preciso momento da história, são as causas da Revolução Industrial.

Com o capitalismo, que emerge da Revolução Industrial, a “dependência” para com a natureza diminui cada vez mais rapidamente. A carência é, finalmente, abolida. É a situação ideal, uma vez que agora há o suficiente para todos. Superada a carência, uma nova fase de abundância e felicidade coletiva deveria surgir.

Contudo, o “passado oprime feito um pesadelo o cérebro dos vivos”, na tão mencionada passagem de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Marx. A transição para a abundância se deu como resultado do desenvolvimento das forças produtivas por obra e graça da sociedade de classes; a abundância entrou na história no momento em que a humanidade estava sob a regência do capital, entrou na história como obra da burguesia em ascensão, como parte da sociedade burguesa.

Com a abundância, a oferta torna-se maior que a procura e os

¹⁹ Há um texto muito informativo sobre as transformações na produção neste período histórico, ainda que seja laudatório do capital: Landes, D. S., *Prometeu desacorrentado*.

preços despençam. O que seria abundância e fartura para a humanidade é uma enorme ameaça ao capitalismo e à sociedade burguesa. A oferta maior do que a demanda, que é a abundância, derruba os preços e termina inviabilizando o mercado como mediação para a reprodução da propriedade privada da classe dominante. A abundância gera uma superprodução de mercadorias que faz com que os preços despenquem, aumentem o desemprego e a miséria e, no limite, seja inviabilizada a própria reprodução do capital.

Em poucas palavras, as relações de produção capitalistas convertem em miséria o que deveria ser a fonte da mais plena riqueza para toda a humanidade.

2. Das crises cíclicas à crise estrutural

Cada vez que o capital desenvolve sua capacidade produtiva, conduz o mercado à situação de superprodução o que, por sua vez, abre uma crise econômica que destrói não apenas as mercadorias, como ainda meios de produção (fábricas, energia, etc.) e também parte da própria força de trabalho (que muda para outras localidades, arranja emprego em outros ofícios ou, mesmo, perece na miséria). O prolongamento da crise, a interrupção da produção, a queda dos salários pelo desemprego, etc., terminam fazendo com que a abundância dê pontualmente lugar à carência e os preços retornem a níveis lucrativos. A produção é retomada e o ciclo recomeça até um novo pico de superprodução e uma nova crise.

A retomada do crescimento econômico, contudo, não se dá de onde se interrompeu no início da crise. Como o maior sempre engole o menor, ocorre uma crescente concentração do capital, de tal modo que os capitalistas que sobreviveram às crises possuem uma capacidade produtiva cada vez maior, controlam um maior volume de capital e de meios de produção. A retomada do ciclo se dá em um novo patamar que, em poucos anos, desemboca em uma nova crise e nova rodada de concentração e assim sucessivamente.

É esse o mecanismo de fundo que faz com que, na crise de 1870-71 (aquela em que aconteceu a Comuna de Paris), pela primeira vez os grandes monopólios e trustes passem a predominar na economia mundial. A humanidade passou, naqueles anos, do Capitalismo Concorrencial ao Capitalismo Monopolista.

Entre muitas e importantes alterações na sociedade burguesa trazidas pela passagem ao Capitalismo Monopolista, três devem ser mencionadas. A primeira delas é que a concorrência internacional

entre as empresas tende a se transformar na disputa entre Estados pelo controle territorial da periferia do sistema. O Imperialismo, tal como conhecemos hoje, entrou em cena com o capitalismo monopolista. O primeiro local em que esta disputa entre capitais se converteu em guerras entre Estados foi na África, no que foi chamado de “partilha da África negra” (Brunschwig, 1974). Em poucas décadas esta nova forma da política externa dos países capitalistas mais desenvolvidos se generalizou e conduziu ao período em que a humanidade mais conheceu guerras, o século 20. (Kolko, 1994).

A segunda alteração é a crescente importância das encomendas estatais para o controle das crises cíclicas. Já antes esta tendência se fazia presente, mas após a I Guerra Mundial (1914-18) o consumo estatal passou a ser um mecanismo importante para deslocar o início das crises de superprodução. Se o Estado comprar e consumir, a superprodução demorará mais para se tornar explosiva na economia. As guerras se converteram em uma atividade muito lucrativa para o capital, o que conduziu às duas guerras mundiais e, na virada dos anos de 1960 para 1970, a um complexo industrial militar que produziu e administrou um arsenal nuclear capaz de destruir o mundo dezenas de vezes!

A terceira alteração a ser mencionada é a quebra da solidariedade de classe dos operários com o desenvolvimento da aristocracia operária (Engels, Lenin). A industrialização da produção dos bens de primeira necessidade (roupas, comida, etc.) faz cair o valor da força de trabalho na medida em que sua reprodução pode contar agora com produtos mais baratos, fabricados em larga escala. Ao mesmo tempo, o surgimento de um setor industrial com tecnologia mais desenvolvida e que requer trabalhadores especializados faz surgir uma importante camada de proletários que recebe salários mais altos e que passa a participar cada vez mais do mercado de consumo dos produtos industrializados. Na medida em que mais operários compram, maior pode ser a produção dos bens de primeira necessidade e os preços unitários tendem a cair. Com isso, eleva-se a produção e os preços, novamente, tendem a cair, alavancando o consumo.

A classe operária passa a ser composta por dois setores que tendem a se diferenciar na medida em que esse processo avança. No topo, temos a aristocracia operária, com melhores salários e com participação no mercado de consumo. Na base, temos os operários não especializados, mal pagos e que produzem barato matérias-primas, energia (petróleo, carvão, etc.) e componentes para os setores industriais mais desenvolvidos e, o que agora nos interessa mais de perto, os bens de primeira necessidade a serem consumidos pelos

assalariados mais remediados.

Com o Imperialismo (que veio com o capitalismo monopolista, lembremos) essa diferenciação entre os operários ganha uma dimensão internacional e se aprofunda. A exploração dos trabalhadores dos países menos desenvolvidos passa a ser importante fonte de matérias-primas, energia e produtos industrializados baratos. Com isso, os bens de primeira necessidade se tornam mais baratos, aumenta o seu consumo e o valor da força de trabalho na sede dos impérios tende a cair. A lucratividade do capital se eleva ainda mais.

Muito grave, para a história dos trabalhadores, é que esse processo fez surgir uma camada da classe operária que participa do mercado de consumo, que tem suas condições de vida melhoradas com o desenvolvimento do capitalismo monopolista e que adota como sua estratégia lutar para continuar melhorando de vida *sob o capitalismo*. Dada a sua melhor formação e sua maior tradição de luta, os sindicatos e partidos operários tendem a ser controlados pela aristocracia operária. É ela que, até hoje, fornece os quadros para a burocracia sindical e partidária. A aristocracia operária é a base social para o reformismo e como ela domina os sindicatos e partidos, possui um enorme peso na luta de classes.

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção de mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, nos nossos dias, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Com efeito, eles são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, capatazes-operários da classe dos capitalistas (“*labor lieutenants of the capitalist class?*”), verdadeiros propagandistas do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “*versalheses?*” contra os “*communards?*”. (Lenin, 1979:19).

Ao chegarmos à metade do século 20, a classe operária internacional tende a ter rompida sua solidariedade de classe. Caso o trabalhador da colônia (dos países periféricos), ou mesmo o trabalhador não especializado dos países imperialistas obtivesse, com suas lutas, melhores salários, a possibilidade de a aristocracia operária conseguir um aumento em sua próxima campanha salarial seria menor. A aristocracia operária passou a ver com maus olhos as lutas de seus camaradas menos favorecidos, em seu país e internacionalmente. O corporativismo fez sua entrada no movimento operário de mãos dadas com o reformismo.

Após a II Grande Guerra (1939-45), esse processo ganhou um

novo impulso com o aumento do consumo pelo Estado para o controle das crises cíclicas. O complexo industrial militar continua sendo de longe o setor em que o Estado mais gasta. Mas apenas no pós-guerra passou a ser importante, para deslocar para o futuro as crises, que o Estado construa casas, subsidie a passagem de ônibus dos trabalhadores, construa escolas, compre livros, cadernos, lápis, canetas, etc., para a educação da população, invista bilhões em despesas com remédios, hospitais, clínicas, exames de saúde, etc. O Estado se organiza para se converter em um grande comprador através de políticas públicas, todas elas muito lucrativas para o capital. Esse é o chamado Estado de Bem-Estar. Além de auxiliar a controlar as crises cíclicas, sua finalidade primeira, o Estado de Bem-Estar trouxe ainda um segundo benefício para a burguesia. Iludiu os trabalhadores de que a vida de todos iria melhorar com o desenvolvimento do capitalismo, tal como já ocorrera com a aristocracia operária. Bastava apoiar os partidos reformistas que uma sociedade mais justa estava muito próxima. O Estado de Bem-Estar foi um importante instrumento no desarme ideológico dos trabalhadores e na legitimação do poder da burocracia sindical e partidária, quase sempre, lembremos, oriunda da aristocracia operária.

A passagem ao Capitalismo Monopolista teve, portanto, três consequências importantes. Em primeiro lugar, converteu as políticas estatais em uma extensão quase direta dos interesses dos grandes capitais e a política externa dos países passou a ser controlada pela disputa mundial dos grandes grupos econômicos. Esta é a origem do Imperialismo e das guerras nos séculos 20 e 21. Em segundo lugar, tivemos a crescente importância do “Estado comprador” para o controle das crises cíclicas. O desenvolvimento do complexo industrial-militar e do Estado de Bem-Estar é o resultado mais visível dessa tendência. E, em terceiro lugar, a aristocracia operária se desenvolveu e forneceu as bases sociais para o desenvolvimento de uma burocracia sindical e partidária que, com o seu corporativismo e o seu reformismo, ajudou a burguesia a quebrar a solidariedade de classe dos operários.

Com esse maior controle sobre a classe operária, a burguesia foi capaz de promover um rápido desenvolvimento dos processos produtivos. Para não nos alongarmos muito, na primeira metade do século 20 os operários e muitos trabalhadores assalariados viram suas condições de trabalho se tornarem cada vez mais duras e ainda mais desumanas com as técnicas de controle desenvolvidas por Charles Taylor e cuja generalização gerou o fenômeno do fordismo. Na segunda metade do século 20, já no contexto da crise estrutural

e com um elevado desemprego, desenvolve-se um modo ainda mais duro e desumano de controle do trabalho dos operários e de muitos dos trabalhadores assalariados: o assim denominado toyotismo. (Gounet, 1999).

A articulação entre o Imperialismo, o Estado de Bem-Estar e uma nova forma de controlar o trabalho operário, o fordismo/taylorismo, propiciou anos de elevada lucratividade ao sistema do capital até nos aproximarmos dos anos de 1970. O aumento da produção conduziu, no final dos anos 60, a uma superprodução cada vez mais difícil de ser controlada. Em meados de 1970, adentramos à crise estrutural do capital, de que nos fala Mészáros. O sistema do capital não mais conta com os mecanismos necessários para deslocar para o futuro as consequências para ele danosas da abundância. A alternativa é a que todos conhecemos: a concorrência se intensifica e o desenvolvimento tecnológico permite a sobrevivência das unidades produtivas nas novas condições ao reduzir a necessidade de força de trabalho. O desemprego explode e a miséria, em escala planetária, se eleva a novos níveis.²⁰

A concentração de riquezas se intensifica na mesma medida em que o equilíbrio do sistema do capital vai se tornando cada vez mais instável. A crise de outubro de 2008 elevou essa instabilidade a um novo patamar ao intensificar os fatores que conduziram à sua própria eclosão. A injeção de bilhões de dólares na economia pelos bancos centrais dos principais países capitalistas é o último recurso que lhes resta. Esse recurso é exatamente o último porque não lhes resta outro. Todavia, cobra um elevadíssimo preço do sistema como um todo ao tentar ancorá-lo em uma riqueza fictícia, inexistente. (Fontes, 2008).

Esse rápido e resumido percurso pela evolução da economia capitalista evidencia dois de seus traços que são muito importantes nesse estudo. O primeiro deles, que o capitalismo, pela sua dinâmica interna, pelas suas determinações mais essenciais, aumenta incessantemente a produção. A abundância vai se convertendo em um fator cada vez mais presente e atuante no dia a dia do sistema. Desde a Revolução Industrial até os nossos dias, a soma dos anos de prosperidade econômica é menor que a soma dos anos de crise. A incapacidade de o capital conviver com a abundância leva das crises cíclicas do século 19 à crise estrutural dos nossos dias.

²⁰ Mike Davis (2007) faz um retrato impactante da evolução da miséria em escala planetária.

O segundo traço importante é que o desenvolvimento das capacidades produtivas do capital significa uma submissão cada vez maior da humanidade às necessidades do sistema do capital. Aumenta cada vez mais o poder que o capital tem de oprimir os seres humanos. Desenvolvem-se relações sociais cada vez mais desumanas em situações cada vez mais desfavoráveis aos seres humanos de todo o planeta.

Em uma palavra, o caráter alienado do sistema do capital vai se intensificando na medida em que a sua reprodução torna-se cada vez mais antagônica às autênticas necessidades humanas, por vezes às necessidades mais básicas de sobrevivência biológica. Mészáros demonstra como o sistema do capital em crise estrutural requer uma produção que seja ao mesmo tempo a destruição do produzido. A planejada capacidade de os produtos quebrarem ou perderem seu prazo de validade tecnológica cada vez mais rapidamente, o consumo supérfluo que intensifica a perdulariedade já imensa de todo o sistema, tecnologias que aumentam a produção com um emprego decrescente de força de trabalho, etc., fazem com que a produção torne-se cada vez mais destrutiva não apenas dos produtos, não apenas das riquezas, não apenas do planeta, mas também dos seres humanos.

O aumento da capacidade produtiva do capital, por esta razão, é antagônico ao desenvolvimento das forças produtivas da humanidade. O desenvolvimento das forças produtivas, já vimos, é o desenvolvimento das capacidades humanas em extrair da natureza o indispensável para a reprodução social e, nesse preciso sentido, significa o crescimento das potências humanas de fazer a história. Na medida em que os eventos da natureza vão exercendo uma influência decrescente na história das sociedades aumenta, na mesma proporção, a capacidade social em conduzir essa história para finalidades humanas. O aumento das capacidades produtivas do capital se opõe a esta tendência. Ele aumenta a capacidade de o capital impor suas desumanidades de forma cada vez mais intensa. Perdemos cada vez mais a capacidade de conduzir nossa história para finalidades humanas.

Em outras palavras, o capital se converteu em um complexo social de tal modo alienado e alienante que a única possibilidade de recuperarmos nossa capacidade de fazer *humanamente* a história é a destruição do sistema do capital em sua totalidade. E esta destruição é a revolução proletária. Esse é o significado da tese de Marx, retomada anos depois por Lukács e por Mészáros, da contradição antagônica entre o desenvolvimento das forças produtivas (humanas) e

o desenvolvimento da capacidade produtiva do capital.

Podemos, agora, encerrar o capítulo. O capitalismo cria seu próprio coveiro na figura do proletariado, bem como cria a necessidade e a possibilidade da superação do capitalismo pelo comunismo. Ao criar o sujeito revolucionário, todavia, e ao criar a possibilidade e a necessidade de transição ao comunismo, o faz em um modo de produção que, diferente de todos os modos de produção passados, não conduz, pelo seu próprio desenvolvimento interno, à sua superação. O desenvolvimento das contradições do sistema do capital apenas intensifica suas desumanidades, não possibilitando que, da crise e nos interstícios do próprio capital, se desenvolvam as novas relações de produção comunistas. Por isso a revolução proletária é a mediação histórica indispensável para a transição ao comunismo.

Resumo do capítulo

1. Entre muitas outras, há uma diferença essencial entre a revolução burguesa e a revolução proletária. A primeira é uma mudança no interior da sociedade de classes, mantendo, portanto, a exploração. A segunda é a transição para uma sociedade sem classes, livre de toda exploração. Por isso, essa transição não pode começar no interior da sociedade capitalista. Faz-se necessária uma intervenção revolucionária.

2. A classe que tem a necessidade e a potência histórica de conduzir a superação do capitalismo é gerada pelo próprio capital. A contradição do proletariado com a burguesia é de tal ordem que apenas pode ser superada com a eliminação de toda forma de exploração do homem pelo homem.

3. Desde a Revolução Neolítica até a Revolução Industrial, o desenvolvimento das forças produtivas teve um avanço bastante rápido graças à propriedade privada. No entanto, a humanidade ainda vivia em situação de carência. Essa situação se alterou com a Revolução Industrial. Esta marca o início da era da abundância, isso é, a possibilidade de produzir o suficiente para atender as necessidades de todos.

4. Como a abundância é superprodução para o capital, o que deveria ser a plena satisfação das necessidades dos indivíduos se converte em crises cíclicas e, depois de 1970, na crise estrutural a que se refere Mézáros.

5. Para que o desenvolvimento das forças produtivas ocorra de modo pleno, desimpedido da propriedade privada, é essencial a superação das relações de produção capitalistas.



Capítulo IX – A crise contemporânea

As últimas décadas do século 20 e as primeiras do século 21 foram marcadas pela convergência de duas tendências históricas muito poderosas e, aparentemente, contraditórias entre si. Por um lado, como vimos no capítulo anterior, desde 1970 o sistema do capital entrou em sua “crise estrutural” (Mészáros). Sua capacidade de conviver com a abundância vai se esvaindo na mesma proporção em que o aumento incessante da produção, nas novas condições da crise, gera uma superprodução permanente que não mais pode ser amenizada nem mesmo pelas crises pontuais. A crise deixou de ser um fenômeno intermitente para se converter no modo permanente de reprodução da sociedade burguesa. Todas as contradições sociais se intensificam em escala planetária. Enquanto uma crise revolucionária não mostrar as possibilidades de um novo modo de produção, a humanidade e os indivíduos vivem a história como se ela fosse um destino imposto por forças não-sociais, não-humanas. As alienações se elevam a um patamar antes desconhecido.

Vivemos também o mais longo e intenso período sem grandes revoluções, isto é, sem revoluções que pudessem abrir a transição para o comunismo. Desde 1830, os ciclos de revolução e contrarrevolução se fizeram em períodos bem menos prolongados do que os 60 anos que decorreram desde a vitória da Revolução Chinesa. Mesmo assim, seria preciso alargar muito o conceito de revolução proletária para nele conter a Revolução Chinesa, já que ela foi fundamentalmente camponesa. O último movimento revolucionário em um país com forte presença operária foi a Guerra Civil Espanhola (1936-9) e a última tentativa revolucionária na Europa foi o levante grego do pós-guerra, massacrado pelas tropas inglesas com a aquiescência da URSS. As revoluções que vieram a seguir (Cuba, Argélia, as ex-colônias portuguesas e o Zimbábue em meados de 1970, seguidos pelos sandinistas

tas e pela “Revolução” Iraniana, isto é, a derrubada do ditador Reza Pahlevi e sua substituição pelo aiatolá Khomeini; a crise e o levante da população na Argentina na virada do século, etc.), estão longe de serem crises revolucionárias no sentido preciso do termo, isto é, de abrirem o processo de transição para o comunismo.

Pode parecer contraditório que a crise estrutural do capital, ao agudizar as tensões sociais, não tenha “logicamente” impulsionado o movimento revolucionário. A história, por vezes, tem uma “astúcia” que não segue as regras da nossa lógica. Olhando de frente para trás, é bem mais fácil perceber como as primeiras décadas da crise estrutural encontraram a classe operária em particular, e os trabalhadores em geral, em uma situação politicamente muito difícil. Por um lado, a crise do Estado de Bem-Estar e o neoliberalismo marcaram uma derrota profunda de uma das duas mais importantes vertentes do movimento operário mundial, a socialdemocracia. A partir de 1980, a crise do bloco soviético atingiu seu ápice e a outra vertente mais importante do movimento operário, a estalinista (ou a vertente soviética) também conheceu uma profunda derrota.

A socialdemocracia queria democratizar a democracia por meio de reformas parciais que, levadas ao limite, dizia-se, conduziriam ao socialismo. Para os socialdemocratas, o socialismo não ia além de um capitalismo de face humana. Apostaram tudo em sua estratégia eleitoral, institucional. Como a superação do capitalismo dar-se-ia pela via do Estado, o seu controle era decisivo. No Estado é que se decidiria a história.

Encontramos um equívoco similar na vertente soviética. A estratégia que se consolidou a partir de meados da década de 1920 entre os bolcheviques foi a concentração do poder do Estado nas mãos do partido, com a esperança de que a partir do Estado controlar-se-ia a economia e, desse modo, no momento adequado, se faria a transição ao comunismo. Novamente, seria pela via do Estado que se caminharia em direção ao comunismo.

1. A política substitui o trabalho²¹

Vimos, mais acima, como o trabalho é a categoria fundante do ser social. Por essa razão, o trabalho primitivo funda o modo de produção primitivo, o trabalho escravo funda o escravismo,

²¹ Este item é fortemente devedor do livro *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. (Tonet, Nascimento 2009).

o trabalho servil funda o feudalismo e, por fim, o trabalho proletário funda o modo de produção capitalista. Vimos, também, como o comunismo terá como fundamento uma nova modalidade do trabalho: o trabalho associado.

A valorização do Estado como mediação fundamental para o socialismo significou que tanto a socialdemocracia quanto o estalinismo conceberam a transição como um processo essencialmente político, como se o Estado (e a política) fossem fundantes da sociedade e não mais o trabalho. A luta pelo comunismo, tanto para a socialdemocracia quanto para o estalinismo, seria um processo prioritariamente político e, portanto, o fundamental seria o Estado. A luta de classes foi sendo crescentemente canalizada para a conquista dos “altos postos de comando do Estado”, na expressão do Partido Trabalhista inglês. Correspondentemente, os partidos e sindicatos operários, sejam eles socialdemocratas ou de linha soviética, passaram a defender uma tática de aproximação ao Estado, de penetração no Estado e, também, uma concepção crescentemente eleitoreira da luta de classes.

Do ponto de vista ideológico mais geral, isso correspondia às necessidades de legitimação ideológica e política tanto dos estalinistas quanto dos socialdemocratas. Os estalinistas, no plano interno da URSS, acreditando na teoria da possibilidade do “socialismo em um só país” e certos de que estavam construindo o socialismo, queriam convencer os operários de que eles não eram explorados pela burocracia que dominava dos locais de trabalho ao Estado, passando pelo partido e pelos sindicatos. Já que a posse dos altos postos de comando do Estado seria a condição necessária para a transição ao comunismo, como todos aqueles postos eram ocupados por “representantes dos trabalhadores” e, ainda, como o fundamental dos meios de produção estava estatizado, a conclusão inevitável é que já se estava no processo de transição para o comunismo. As eventuais diferenças existentes entre operários e burocratas não deviam ser tratadas como luta de classes, mas sim como pequenos ajustes a serem negociados sob o controle do Partido e ou do Estado. Todos os assalariados (e, na URSS, *todos* eram assalariados) pertenceriam à mesma e única classe social: os trabalhadores. A distinção de classe entre trabalhadores assalariados e o proletariado tendeu, assim, a desaparecer na teoria do assim denominado “marxismo soviético”²².

²² Esta concepção teve forte repercussão nos Partidos Comunistas alinhados à

No plano da política internacional, para os estalinistas o fundamental era defender o Estado soviético. Para isso, diziam eles, era preciso achar um modo de convivência com as potências capitalistas ocidentais. A influência dos PCs de linha soviética junto aos trabalhadores dos países ocidentais servia de moeda de negociação e expressava o *modus vivendi* entre a URSS e as potências ocidentais. A atuação do PC francês na greve de 1936, quando ajudou a controlar uma enorme onda grevista, é um sinal inequívoco do predomínio dessa concepção (Miliband, 1969; Claudin, 1985)²³. Ao terminar a II Guerra Mundial, a URSS avança a proposta da “convivência pacífica” com o bloco ocidental. Segundo esta tese, o exemplo da URSS terminaria convencendo a humanidade de que o “socialismo real” era tão superior ao capitalismo que, naturalmente, todos se converteriam ao exemplo soviético²⁴. Do ponto de vista da luta dos trabalhadores no mundo capitalista, a convivência pacífica se traduzia na proposta de que a luta deveria ser substituída pela negociação com as suas burguesias nacionais. Essa confiança estratégica nas burguesias nacionais é um dos elementos responsáveis pelo atrelamento do PCB (e outros partidos comunistas da “periferia”) aos partidos burgueses no pós-guerra. Tem alguma razão Gunder Frank ao observar como eles, na América Latina, quase sempre limitaram-se a atuar como a ala esquerda das burguesias locais.

Para a socialdemocracia, do ponto de vista ideológico, a defesa da negociação como estratégia revolucionária era ainda mais simples. Já que a transição ao comunismo dar-se-ia pela mediação do “capitalismo de face humana”, pela conquista gradual de melhorias nas condições de vida e trabalho, a negociação era o caminho natural e lógico. Sua estratégia gradualista, eleitoreira e institucional, era a consequência prática inevitável da concepção de transição ao comu-

URSS. Veja-se, por exemplo, Nagel (1979) e a revista *Economie et Politique*, editada em Paris, ao longo da década de 1960. Entre nós, José Paulo Netto introduziu a categoria da “divisão sócio-técnica do trabalho” para distinguir a divisão meramente técnica, decorrente do patamar tecnológico e que, portanto, seria a mesma no capitalismo ocidental e no socialismo soviético, daquela “divisão social” que marcaria a exploração do homem pelo homem e que estaria sendo superada no bloco soviético.

²³ O secretário geral do PC Francês, Maurice Thorez, não poderia ser mais claro: “Há que se saber terminar uma greve”. (Claudin, 1986, vol 1, pg. 180 e seguintes).

²⁴ Há um texto interessante que demonstra o impacto desta “estratégia revolucionária” no debate de então, Macpherson, 1965. De uma perspectiva de esquerda, interessante a ilusão de autores mesmo do calibre de Deutscher (Deutscher, 1960). Ainda: Robinson, 1964.

nismo pela via do Estado.

Tanto para a concepção soviética quanto para a socialdemocrata, a transição do trabalho proletário ao trabalho associado – o fundamental da proposta marxiana, lembremos – é substituída por uma transição essencialmente política, por dentro do Estado e para uma nova forma de Estado: o Estado soviético ou o Estado de Bem-Estar. Não se trata mais de *destruir* o Estado, mas de *conquistá-lo*. A convivência com a burguesia e seu Estado, não mais o confronto, passa a ser a ordem geral da tática e da estratégia. Tanto os estalinistas quanto os socialdemocratas, por vias diversas, terminam chegando a uma posição semelhante: a colaboração de classe tornou-se a palavra de ordem geral do movimento operário em todo o mundo.

Em 1970, quando a crise estrutural do capital inaugurou com sua potência destrutiva a nova etapa da reprodução do sistema do capital, os trabalhadores e proletários dos países capitalistas mais importantes estavam, há décadas, sendo convencidos de que a melhor estratégia era a negociação. Tinham perdido o horizonte revolucionário, a superação radical do capitalismo. Os trabalhadores, aos bilhões, estavam equivocadamente convencidos de que a negociação e não o confronto era o caminho acertado. Os sindicatos e partidos de origem operária serviam como impulsionadores poderosos na continuidade da estratégia de negociação. Nas mãos da aristocracia operária – como vimos no Capítulo VIII – as organizações alinhadas com a socialdemocracia ou com a URSS continuaram a conduzir os trabalhadores e operários para a mesa de negociação mesmo quando a crise estrutural do capital se aprofundou.

É nessa situação que o rebaixamento teórico e ideológico dos revolucionários, tanto das organizações socialdemocratas quanto das estalinistas, cumpre uma função decisiva. Convém à legitimação da ordem soviética e aos governos socialdemocratas reduzir o comunismo à “boa” distribuição de renda e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores. O socialismo deixa de ser uma etapa de superação da sociedade de classes para se converter em uma sociedade com mercado, propriedade privada, família monogâmica, Estado, mas com uma melhor distribuição de riqueza que nos países capitalistas tradicionais. Daí a enorme importância que assumiram as lutas pela ampliação e melhoria da cidadania e da democracia. O socialismo acabou se confundindo com o processo, sem fim, de ampliação do espaço democrático.

O predomínio da estratégia de negociação, a “convivência pacífica”, significava, também, que a burocracia, tanto no mundo oci-

dental quanto no bloco soviético, estava solidamente estabelecida na direção dos organismos sindicais e partidários dos trabalhadores. As organizações mais tradicionais, de maior peso histórico, que contavam com o respeito e que eram depositárias da confiança dos trabalhadores, que encarnavam a tradição de décadas de luta revolucionária (na Europa e na Ásia, muitas dessas organizações e personalidades combateram bravamente o nazismo e o fascismo; entre nós, a heroica resistência de Prestes à prisão getulista cumpriu um papel análogo), se moldaram aos processos de negociação. A confluência de todos estes fatores contribuiu para que os trabalhadores e operários continuassem a seguir os “seus” negociadores.

As coisas, porém, haviam se alterado depois de 1970. Antes, nos países imperialistas, negociava-se a melhoria das condições de vida e de trabalho, se não para a totalidade dos assalariados, ao menos para a sua “aristocracia operária”. Agora, negocia-se o desemprego dos próprios companheiros de trabalho. O surrado argumento de que melhor 100 demissões do que 200 termina possibilitando aos patrões demitirem os 100 primeiros trabalhadores com o consentimento dos que permanecem empregados e, logo depois, com a solidariedade de classe quebrada, demitirem os outros 100. Como diz Santa, personagem do filme *Segunda feira ao sol*, “ao negociarmos o desemprego de nossos companheiros, negociamos o desemprego dos nossos netos.” Todas as vezes, sem exceção, que ocorreram reações mais significativas dos operários e trabalhadores, a burocracia sindical e partidária cumpriu sua parte de aliada do capital. Abandonou tais lutas à sua própria sorte, impedindo que a solidariedade entre os trabalhadores viesse a fortalecer e prolongar a resistência. Entre nós, uma dessas lutas foi a greve dos petroleiros no início do primeiro governo FHC, vergonhosamente abandonada pela CUT, que cuidou para que nenhum apoio de outros setores dos operários e dos trabalhadores engrossasse a resistência ao neoliberalismo. No primeiro governo Lula, lembremos o papel decisivo da CUT e do MST para isolar os funcionários públicos em greve contra a reforma da previdência. Exemplos não faltam.

A derrocada do estalinismo e da socialdemocracia é daquelas derrotas históricas que custam uma geração para que os operários se recuperem. É preciso que uma nova geração de trabalhadores, que tenha experimentado as consequências dessa derrota até o fim e que, ao mesmo tempo, não esteja ideologicamente presa às velhas concepções e nem mais tenha respeito pelas velhas raposas e burocratas, entre na história e retome a luta contra o capital.

As duas vertentes, a soviética e a socialdemocrata, estavam equi-

vocadas no fundamental. O trabalho proletário, que funda a sociedade capitalista, reduz a assim dita “face humana” do capital a mera fantasia. O trabalho proletário também não possibilita a existência de qualquer “Estado Proletário”. A expropriação do proletariado só pode ser realizada pelo capital. Mais cedo ou mais tarde, as duas fantasias tinham que se confrontar com a realidade. O Estado de Bem-Estar Social se converteu no Estado neoliberal e o “Estado Proletário” em um Estado capitalista como outro qualquer. Os pretendidos “diferentes caminhos ao socialismo” revelaram-se apenas mediações para a generalização da crise estrutural do capital a todo o planeta depois da década de 1970.

Em poucas palavras, não há qualquer mistério no fato de que o início da crise estrutural do capital tenha conduzido a um período de recuo generalizado do proletariado enquanto sujeito revolucionário. As primeiras décadas da crise estrutural coincidem com um prolongado período sem que a classe operária tenha condições ideológicas, políticas e organizativas para liderar uma ofensiva contra o capital, para uma “ofensiva socialista” (Mészáros). Nessas novas circunstâncias, a estratégia e a tática de colaboração de classes herdadas da socialdemocracia e do estalinismo se converteram na ideologia justificadora da nova burocracia sindical e partidária que, nos dias em que escrevemos, continua a manter o movimento dos trabalhadores dentro dos limites aceitáveis ao capital.

Sem que a luta dos trabalhadores imponha obstáculos à destrutividade do sistema do capital, a paralisia do fundamental dos sindicatos e partidos operários aumenta o espaço de manobra da burguesia. Sem a pressão operária e dos trabalhadores, é muito mais fácil à burguesia administrar as crises pela adoção de medidas que penalizam ainda mais os assalariados em geral, ampliam a destruição do planeta, intensificam a exploração de mulheres e crianças e geram crescente miséria mesmo no seio dos impérios²⁵. E tudo isso (e muito mais) só é possível com a manutenção da estratégia de colaboração de classes que ainda predomina entre os trabalhadores.

Essa colaboração de classes, como vimos, se apoia em uma concepção politicista²⁶ da transição. Ela perdeu de vista o caráter fundante do trabalho e, portanto, o caráter fundante que terá na

²⁵ Em 2011, um em cada cinco norte-americanos lutava contra a fome. (Tavernise, 2001 e Roberts, 2011).

²⁶ Isto é, que concebe a transição como um processo fundamentalmente político, de reorganização do Estado e não como um processo de reorganização de toda a reprodução social fundado pela transição a uma nova forma de trabalho.

transição ao comunismo a substituição do trabalho proletário pelo trabalho associado. Não é mero acaso que a luta política dos revolucionários se tenha convertido quase que exclusivamente numa luta eleitoral ou, na melhor das hipóteses, numa luta que jamais se liberta das amarras da luta eleitoral.

Resumo do capítulo

1. Vivemos o mais prolongado período sem revolução, um período que coincide com o início e o desenvolvimento da “crise estrutural do sistema do capital” (Mészáros).

2. A estratégia de colaboração de classes da socialdemocracia e dos estalinistas joga um importante papel ideológico na paralisia política dos trabalhadores e do proletariado. Como concebiam a transição pela via do Estado, a conquista do Estado e não sua destruição articulava toda a estratégia política dos sindicatos e partidos dos trabalhadores.

3. Como a transição se daria pela via do Estado, a política e não a destruição do trabalho proletário e sua substituição pelo trabalho associado é tida como a questão decisiva. A estratégia dos socialdemocratas e dos estalinistas torna-se assim cada vez mais politicista e eleitoreira. A colaboração de classes passa a ser a palavra de ordem inquestionável no movimento operário e dos trabalhadores.

Capítulo X – O “fim” do proletariado

É nesse contexto histórico, em que a crise estrutural do capital coincide por décadas com a ausência da classe operária na vida cotidiana como o inimigo de classe dos burgueses, em que o capital, sem a oposição do seu “inimigo mortal”, ficou livre para aprofundar as nossas alienações até o ponto de contemplarmos a nossa autodestruição, que se desenvolvem as teses acerca do fim do proletariado. Não é mera coincidência que tais teses ganhem corpo precisamente na passagem da década de 1950 para a de 1960, quanto do apogeu do estalinismo e do Estado de Bem-Estar Social. Os dois argumentos principais a favor dessa tese foram delineados já naqueles anos.

O primeiro deles é que o desenvolvimento da tecnologia capitalista estaria eliminando o trabalho manual. Com o fim do trabalho manual estaria também eliminada a existência da classe operária e as teorias de Marx sobre a reprodução do capital e o desenvolvimento do capitalismo teriam sido superadas. Sem o trabalho manual não haveria mais classe operária e todo o projeto marxiano de revolução teria sido negado pela história.

O segundo argumento afirma que a elevação do padrão de renda e consumo dos trabalhadores estaria fundindo todos, operários e classe média, em uma mesma classe social. Esta poderia ser uma nova classe média ou um novo proletariado, a depender do gosto do autor. A partir de então deduz-se que, como o trabalhador manual e o intelectual agora frequentam os mesmos shoppings, os seus filhos frequentam as mesmas escolas e passam férias nas mesmas praias, não mais teria sentido falar de uma distinção de classes entre o proletariado e a classe média²⁷.

²⁷ “Pode bem ser verdade, como escreve Serge Mallet, que ‘nos centros de férias’

Quando tem início a crise estrutural do capital, em meados de 1970, com a falência do projeto socialdemocrata e o agravamento da crise no bloco soviético e, por outro lado, com o aparecimento no horizonte da “ameaça amarela” trazida pela superioridade momentânea da organização do trabalho industrial no Japão e seus satélites (o toyotismo), as teses acerca do fim do proletariado passam por uma reciclagem. Não que elas se alterem profundamente. No fundo, os argumentos são basicamente os mesmos. O que há de novidade é que o período de tempo sem revoluções vai se tornando muito maior e esse fato parece dar razão às teses que afirmam o fim da classe operária.

Os dois argumentos acima se apoiam quase sempre em um ou em alguns destes equívocos: 1) confundem relação de emprego com relação de produção; 2) tomam a técnica – e não o trabalho – como fundante da sociabilidade; 3) consideram a revolução proletária como sendo obra exclusiva do proletariado. Analisaremos, agora, cada um destes equívocos.

1. Relações de produção e relações de emprego

Não nos interessa, aqui, uma descrição detalhada de como evoluíram as diferentes teses sobre o fim do proletariado desde os anos 60 até hoje²⁸. O que para nós é importante, porque é uma tese comum à quase totalidade dos autores que afirmam o fim do proletariado, é a confusão entre relações de emprego e relações de produção.

As relações de produção se referem à forma pela qual, nos diversos modos de produção, as sociedades organizam a transformação da natureza nos meios de produção ou de subsistência. O modo de produção escravista tinha nas relações de produção típicas do trabalho escravo um elemento essencial. O escravo era propriedade do

da Côte d’Azur, da Sicília e da Grécia, os jovens metalúrgicos compartilhem os bangalôs em estilo taitiano com as filhas dos diretores [das empresas]. Mas qualquer que seja a relação nas férias entre os ‘jovens metalúrgicos’ e as ‘filhas dos diretores’, a relação dos primeiros com os próprios diretores permanece a mesma. Mesmo que as manifestações exteriores e visíveis de classe não sejam tão evidentes, elas de fato permanecem. Seria muito duvidoso interpretá-las como prova da erosão, para não falar da dissolução, da divisão de classes que é firmemente enraizada no sistema de propriedade das sociedades capitalistas desenvolvidas.” (Miliband, 1969).

²⁸ Ao leitor interessado, em Lessa, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* (Cortez Editores, São Paulo, 2011) pode-se encontrar semelhante descrição, principalmente nas Partes I e III.

seu senhor e entrava na produção como um instrumento de produção, tal como uma enxada ou um cavalo. Tanto Aristóteles quando o Direito romano caracterizavam o escravo como um instrumento de trabalho capaz de fala e de movimento, diferente de um cavalo, que não fala, e de uma enxada que sequer se movimenta. Essa determinação essencial do escravismo não se alterou pelo fato de haver muitas modalidades de escravos: os domésticos, os que trabalhavam nas lavouras de exportação, os que trabalhavam nas médias propriedades agrícolas que produziam para o mercado local, os que eram empregados como artesãos na produção de cerâmica ou artigos de metal, etc., etc. Nem se alterou pelo fato de que a forma como a classe dominante grega explorava o trabalho escravo era diferente da exploração dos escravos nas minas de sal da Pérsia ou no comércio de Roma. O escravo na Grécia era “melhor tratado” do que os escravos nas minas da Pérsia, tão barbaramente explorados que não viviam mais do que algumas poucas semanas. Os remadores dos barcos gregos recebiam por vezes gratificações em bebida ou comida se atingissem o local a que se destinavam antes do estabelecido.

A mesma coisa, alterando o que deve ser alterado, se dava com o trabalho do servo. Eram muitas as diferentes maneiras pelas quais o senhor feudal expropriava o trabalho excedente do servo. Isso, todavia, não alterava a essência do trabalho servil: a posse, pelo trabalhador, de uma parte do produzido com suas ferramentas, na gleba da qual tinha a posse e nas terras do senhor.

No modo de produção capitalista, a relação de produção tem sua essência na expropriação, pela mediação do trabalho assalariado, do “conteúdo material da riqueza social” produzida pelo proletário. Diferente do escravo e do servo, o proletário recebe em troca de sua força de trabalho um salário cujo valor é determinado pelo mercado. Essa relação assalariada significa que o produto do proletário terá a forma de uma mercadoria. A venda da mercadoria possibilita que aquele valor de uso da força de trabalho (a única mercadoria cujo consumo produz maior valor do que o seu próprio) assuma a forma prática de uma riqueza representada em dinheiro que, assim, pode ser expropriada do operariado. Essa forma prática, expressa em dinheiro, é a mais-valia. Essa é a essência das relações de produção sob o capitalismo: a expropriação do “conteúdo material da riqueza social” produzida pelo proletariado.

O assalariamento pode assumir muitas e variadas formas. Desde o emprego formal, com carteira de trabalho assinada e salário mensal, como foi típico do capitalismo depois da II Guerra Mundial nos países avançados, até o pequeno empresário que não passa de

um trabalhador assalariado disfarçado. O exemplo mais citado, ainda que longe de ser o único, é o operário da Benetton, na Terceira Itália que, ao ser demitido, recebe a proposta de se converter em um “empreendedor”. Com sua indenização trabalhista, ele compra a máquina em que trabalhava na fábrica. Instala essa máquina em sua casa e passa a trabalhar, sob encomenda, para a Benetton. Como só esta empresa está interessada em comprar as milhares de mangas de camisetas amarelas que ele fabricou naquela semana, será ela que imporá o preço da mercadoria. Esta foi produzida por um operário que forneceu o capital para a máquina, que pagou a energia elétrica da produção, que vigiou a si próprio e que, ainda, como é um “empresário independente”, não tem qualquer direito trabalhista nem pode fazer greve... contra ele mesmo! O “empreendedor”, neste caso, não passa de um operário disfarçado. No Brasil se generaliza, no campo, a produção “integrada”, uma variação do caso da Benetton.

Além dessas duas formas (o operário com carteira assinada e o “empreendedor” da Benetton), a crise estrutural do capital, ao aumentar enormemente o exército industrial de reserva, criou inúmeras possibilidades para o capital explorar os trabalhadores. Desde o sistema do trabalho temporário até o sistema do trabalho terceirizado (cada um desses sistemas comportando inúmeras variações); desde a “redescoberta” do trabalho infantil até a generalização do trabalho escravo. Isto pode parecer um exagero retórico, mas K. Bales em *Disposable People* (1999), afirma que há hoje mais escravos no mundo do que a totalidade de seres humanos negros retirados da África em todo o período colonial.

O mercado de trabalho se tornou muito mais variado e muito mais diversificado. As diferentes condições de emprego e de assalariamento também tornaram, em um primeiro momento, a luta unificada dos trabalhadores (operários ou não) mais difícil. A entrada das mulheres e das crianças na força de trabalho aumentou a heterogeneidade não apenas entre os trabalhadores, mas também entre os operários. E todos esses fatores são sabiamente explorados pela burguesia (e pelas burocracias sindical e partidária que são suas aliadas) para enfraquecer a organização e a luta dessas classes.

Tal evolução do mercado de trabalho, todavia, não altera as relações de produção capitalistas. Elas permanecem essencialmente as mesmas: o trabalho assalariado que produz mercadorias. A função social do trabalho operário não se altera com todas estas mudanças do mercado de trabalho. Ele continua produzindo o capital ao transformar a natureza nos meios de produção ou de subsistência.

O proletariado continua a ser a única classe que não é fundada pela exploração de outra classe social, como já vimos acima no Capítulo III.

As relações de produção continuam sendo capitalistas e o serão até que o capitalismo seja destruído e substituído pelo modo de produção comunista. Todos os autores (e são muitos e muito variadas as suas teorias) que assumem que as mudanças no mercado de trabalho têm por consequência o fim do proletariado cometem o mesmo equívoco de fundo. Confundem relações de produção com relações de emprego e, da alteração das últimas, deduzem uma transformação das primeiras.

2. Revolução tecnológica e relações de produção

Há, ainda, outro argumento muito generalizado. Com a robótica e a informatização o trabalho manual estaria se extinguindo. Um autor que se tornou tristemente famoso nesse contexto foi Adam Schaff. No livro *Sociedade informática* afirma, com todas as letras, que em 15 anos (ele escreveu no ano de 1985) não haveria sequer um trabalhador manual na face do planeta e que o principal problema da humanidade seria descobrir hobbies para preencher o tempo ocioso! Todos os estudos indicam precisamente o inverso dessa tendência. A robótica e a informática tornam o controle sobre o trabalho manual ainda mais intenso e duro, aumentando a lucratividade do capital. Se uma máquina substitui muitos trabalhadores manuais, o que é verdade, isso não significa que o trabalho manual esteja desaparecendo, mas sim que os trabalhadores manuais que ainda estão empregados vão trabalhar mais duro e em um regime de trabalho ainda mais controlado pelo capital. Não há entre os estudiosos do assunto, além disso, um consenso sobre se o número absoluto de trabalhadores manuais no mundo estaria de fato diminuindo. Muitos argumentam que a industrialização da Ásia e de parte da África, com os operários que produzem no sistema doméstico e as empresas terceirizadas, está gerando uma quantidade de trabalhadores manuais que compensa a sua diminuição nos países capitalistas avançados. Há, ainda, autores que argumentam que, mesmo nos países capitalistas mais avançados, a terceirização no interior da produção industrial estaria criando uma massa de trabalhadores manuais que compensaria aqueles que perderam o emprego na indústria e na agricultura. De todo o modo, não há pesquisas que indiquem que na economia capitalista estaria desaparecendo o trabalho manual.

Os autores (e são muitos e muito variadas suas teorias, repeti-

mos) que argumentam que o desenvolvimento tecnológico estaria fazendo desaparecer o proletariado, portanto, não possuem base na realidade. Nem os trabalhadores manuais tendem a desaparecer (se é que tendem sequer a diminuir), nem as muitas formas de assalariamento alteram o essencial das relações de produção capitalistas.

3. Um “novo” sujeito para uma “nova” revolução?

Não têm razão, portanto, aqueles que, tal como André Gorz em seu *Adeus ao proletariado*, afirmam a necessidade de um novo sujeito revolucionário para uma nova revolução. Tais teorias se apoiam em uma constatação verdadeira: a ausência, já por décadas, da classe operária como antagonista do capital. Deduzem daí, todavia, uma transformação nas relações de produção (que teria eliminado o proletariado enquanto classe social) que não possui nenhuma comprovação histórica. Ao invés de procurar entender como foi possível essa complexa conjuntura em que, no momento da crise estrutural do capital, o proletariado se encontrou despreparado para a “luta final”, tais teorias apressadamente “constatam” que o proletariado não existe mais como classe revolucionária e, daí, concluem pela necessidade de um “novo sujeito revolucionário”. O primeiro problema dessas teses, como já vimos, é que isso não corresponde ao que está ocorrendo na produção, no interior das fábricas e do *agro-business*. Em todos os locais, constata-se a manutenção das relações capitalistas de produção.

Há, porém, ainda um segundo problema: qual seria o “novo sujeito revolucionário”? A busca dos “novos” sujeitos revelou-se uma tarefa impossível. Não há qualquer demonstração de que os “novos atores”, todos eles ou assalariados ou partes do exército industrial de reserva (quer como lumpenproletariado, quer como trabalhadores informais ou desempregados), mantenham com o sistema do capital o mesmo antagonismo, fundado pelas relações de produção, próprio da classe operária. Em nenhum momento da história os “novos sujeitos” foram portadores de um projeto que fosse também emancipador de toda a humanidade, que fosse superador da sociedade de classes, da propriedade privada, do Estado e da família monogâmica. Mesmo suas lutas mais expressivas são parciais e se constituem em confrontos limitados contra estes ou aqueles efeitos das alienações que brotam do capital, mas não são contra o capital como tal. Sem exceção alguma, todas as lutas desses setores, das mais expressivas às mais localizadas e menos visíveis, trazem em si a marca de sua origem: são facilmente manipuladas por pequenas

concessões feitas pelo Estado ou por políticas localizadas de distribuição de renda ou de benefícios sociais. Não é mero acaso que o fundamental de tais movimentos apoie as “políticas afirmativas”, esse mecanismo tipicamente neoliberal de cooptação das lutas parciais dos “novos sujeitos” e que sequer toca as causas das desigualdades sociais. Ou então que, quando se trata de um projeto futuro, não sejam capazes de ir muito além de idealizar um “novo mundo” em que o mercado se tornaria compatível com a distribuição de renda ou com o emprego para todos.

De todas as lutas travadas desde que o capitalismo é capitalismo, apenas as lutas com forte influência proletária foram capazes de colocar como projeto estratégico o socialismo e o comunismo. Nenhuma outra luta foi capaz de fazer o mesmo. Todos os projetos alternativos ao de Marx para a superação do capital que surgiram destas lutas se limitaram ao sonho de um paraíso igualitário de pequenos proprietários ou de pequenos assalariados. Podemos agora apontar a razão desse fato histórico: o proletariado é, por excelência, o sujeito da revolução comunista. Isso é uma decorrência das relações de produção capitalistas e não um axioma ideológico.

4. A revolução proletária e os assalariados

Há, por fim, um equívoco, hoje bastante generalizado, de se imaginar que a revolução proletária seria obra exclusiva do proletariado. Seria, se nos permitem a expressão, uma “revolução sangue puro”. Apenas os proletários dela fariam parte.

Esse é um equívoco muito favorecido pelo fato de que se deixou, há muito, de estudar a história das revoluções. Não há revoluções de “sangue puro”. A começar pelas revoluções burguesas. Elas contaram com a decisiva participação do campesinato, dos trabalhadores urbanos e dos pequenos proprietários. E o que dizer da Revolução Russa de 1917, da Guerra Civil Espanhola, da Revolução Grega, etc.?

O caráter de classe de uma revolução não é determinado pelo conjunto de classes e agrupamentos que dela participam, mas pela classe que a dirige e as tarefas que leva a cabo.

Uma revolução não pode ser prevista nem organizada antecipadamente. O início da revolução ocorre quanto a classe dominante não mais consegue dominar e os dominados não mais aceitam viver sob tal poder, na clássica definição de Lenin. A reprodução social se desorganiza, a produção sofre interrupções e as massas populares ganham as ruas. Nem o Estado, com suas forças de repressão, nem

os partidos revolucionários, nesse primeiro instante, possuem a direção ou o controle do processo. Isso é uma característica que até agora tem sido comum a todas as revoluções, sejam elas burguesas ou proletárias. Esse caráter espontâneo da eclosão da revolução está presente tanto na Queda da Bastilha, em 1789, quando teve início a Revolução Francesa, quanto na Revolução de Fevereiro, o começo da Revolução Russa.

Nesses primeiros instantes do processo revolucionário, a composição de classe das forças repressivas do Estado tem um papel importante. Na maior parte das vezes, as Forças Armadas se dividem. Os soldados rasos tendem a aderir à revolução ou tendem a não reprimi-la. Os comandantes ordenam a repressão e são desobedecidos. Por vezes, nos primeiros momentos, os soldados executam os oficiais mais abertamente reacionários. O Estado perde eficiência repressiva, o que aumenta o campo de ação e de manobra das massas revoltosas. Um compromisso político, de algum modo, tende, nesses momentos, a ser realizado. As classes dominantes percebem que não tem alternativa senão aceitar um novo governo. As massas revoltosas, sem direção e coesão políticas, não conseguem transformar sua força nas ruas em um governo que seja representante delas. Da Queda da Bastilha não veio um governo de todo o Terceiro Estado, mas a Assembleia Nacional Constituinte na qual a burguesia moderada (os Girondinos) tinha uma presença desproporcional ao seu peso na sociedade. Na Rússia tomou posse o Governo Kerensky, representante de setores da nobreza, da burguesia e da pequena-burguesia, mas não dos trabalhadores. Na China, tivemos o Kuomintang, na Espanha revolucionária, o governo republicano, etc.

Para qual lado irá o processo revolucionário depende, então, de vários fatores. Um deles, contudo, tem sido sempre decisivo: qual das classes conseguirá o apoio dos assalariados, dos camponeses e dos pequenos proprietários. No caso das revoluções proletárias, se a burguesia conseguir atrair parcelas importantes dos assalariados, pequenos proprietários, camponeses, etc., as possibilidades de vitória revolucionária diminuem proporcionalmente. Por outro lado, se o proletariado contar com um partido revolucionário capaz de dirigir a luta e atrair para a revolução as massas assalariadas, os camponeses e os pequenos proprietários, a possibilidade de uma alternativa à esquerda cresce também na mesma proporção.

Nesses momentos, os embates diretamente políticos e, muitas vezes, violentos, decidem a história. A luta de ideias, a propaganda revolucionária e reacionária, os jornais, os panfletos, etc., jogam um

papel de primeira importância. Se a Revolução Francesa teve Marat e seu pasquim *L'ami du peuple*, a Revolução Russa teve Radek, um panfletista de primeira. Será o confronto direto das classes, com frequências nas ruas e campos de batalha, que fará com que seja mantida a velha forma de propriedade privada e, portando, a velha organização da sociedade com seu modo peculiar de trabalho ou, pelo contrário, que surjam novas formas de propriedade, de organização da sociedade e, portanto, uma nova modalidade de trabalho. A Revolução Francesa conseguiu levar esse processo às últimas consequências. A propriedade privada feudal deu lugar à propriedade privada burguesa, o trabalho servil foi substituído pelo trabalho proletário. Na Rússia, algo semelhante ocorreu: a generalização, não a superação, do trabalho proletário. Decisivo para isso foi o fato de a revolução não ter conseguido se generalizar aos países europeus mais desenvolvidos e, também, o secular atraso russo. Essa situação fez com que não fosse possível ir além da estatização dos principais meios de produção. Não foi possível passar ao trabalho associado. O trabalho assalariado, proletário, foi o que se generalizou por toda a sociedade sob o regime soviético.

Essa rápida e esquemática exposição dos primeiros momentos de uma revolução já é suficiente, esperamos, para que seja possível divisar como uma revolução jamais pode ser obra de uma só classe social. A reprodução da sociedade, ao articular todos os indivíduos e todas as classes sociais em uma mesma totalidade, faz com que uma crise revolucionária envolva todas as classes sociais; faz com que nenhum indivíduo possa ficar indiferente. Contudo, o grau de envolvimento tende a variar muito conforme a classe e a fase da revolução. Parcelas muito significativas da população podem simplesmente ficar paralisadas, sem conseguir agir na polarização crescente entre a burguesia e o proletariado. Entre os revolucionários e os reacionários trava-se uma luta de vida ou morte para atrair as outras classes e setores de classes. É aqui, nesse momento, que a crise revolucionária continua sua marcha para a esquerda ou, então, seu ímpeto é contido e ela começa a retroagir.

O que fez da Revolução Francesa uma revolução burguesa e, da Revolução de 1917, uma revolução proletária, não foi o fato de que a primeira foi feita apenas pela burguesia e, a segunda, só pelo proletariado. Nos dois casos o processo revolucionário envolveu uma enorme quantidade de diferentes agrupamentos sociais. Do lado revolucionário, além da burguesia (na França) e do proletariado (na Rússia), encontramos uma mistura incrivelmente variada, mutável a cada momento da revolução, de classes e agrupamentos sociais que

correspondem à complexidade e heterogeneidade das sociedades em que estas duas revoluções ocorreram.

Afirmar o caráter proletário da revolução não é nem sectarismo nem uma visão estreita da história. Pelo contrário. Significa reconhecer que, sem a liderança do proletariado, o conjunto do movimento popular não poderá potencializar suas forças em um projeto futuro de uma sociedade sem classes. Apenas o projeto revolucionário proletário, aquele que tem como plataforma estratégica a abolição da propriedade privada, das classes sociais, do Estado e da família monogâmica, reúne as condições para fundir em um poderoso impulso revolucionário muitas das heterogêneas porções dos assalariados.

O que parece ser mais democrático e aberto, isto é, afirmar a pluralidade dos sujeitos e de projetos revolucionários é, na verdade, muito menos avançado, popular ou revolucionário do que parece. Significa, sem mais nem menos, apostar na divisão dos trabalhadores e dos proletários. Significa orientar a luta de classes para a luta “economicista” (Lenin) e para os interesses corporativos dos diferentes setores dos assalariados. Isto não contribui para o amadurecimento político e ideológico dos trabalhadores e do proletariado. No fundo, tais teses auxiliam a burguesia, independente da intenção de seus autores.

Em outras palavras, em se tratando da revolução futura, postular que revolução proletária seria uma concepção estreita e sectária porque não abrangeria os outros setores da sociedade não faz qualquer sentido. A rigor, exatamente o oposto é verdadeiro. Os “outros setores sociais” apenas podem fazer parte de um processo revolucionário se e quando forem liderados pelo proletariado. Se isso não ocorrer, as lutas isoladas de tais setores serão mais cedo ou mais tarde absorvidas pelo próprio sistema do capital, que muitas vezes as transforma em novas fontes de lucro. Por outro lado, pelo próprio caráter da revolução proletária, a emancipação da opressão do capital apenas é possível pela emancipação de toda humanidade, como vimos na parte 2 do Capítulo V.

Quer se trate das revoluções burguesas, quer das proletárias, não há revoluções “de sangue puro”. Nem nas revoluções burguesas, nem nos processos revolucionários liderados pelo proletariado, tal exclusividade de classe pode ser constatada. Isto não é uma questão teórica ou doutrinária, é a mais pura constatação histórica. Afirmar o proletário como sujeito revolucionário significa afirmar o caráter de classe da revolução e, nunca, postular uma revolução exclusivamente realizada pelo operariado.

Resumo do capítulo

1. As últimas décadas se caracterizam por duas tendências contraditórias. De um lado, a intensificação da crise do capital até atingir um caráter estrutural. De outro lado, um longo período sem nenhuma crise revolucionária.

2. Essa ausência do proletariado na cena revolucionária e as transformações no processo produtivo levaram muitos a defender que essa classe já não seria mais o sujeito da revolução. Os sujeitos revolucionários deveriam ser buscados entre os movimentos sociais, esquecendo que apenas o proletariado, por sua função no processo de produção, continua a ser a única classe essencialmente revolucionária.

3. Reconhecer no proletariado a classe revolucionária não significa que a revolução seja obra apenas dessa classe. Todas as revoluções sempre foram obra de uma aliança de classes, mas também sempre lideradas por uma classe revolucionária. Isso aconteceu com as revoluções burguesas e também ocorrerá com as revoluções proletárias.



Capítulo XI – A atualidade de Marx e Engels

A transição ao modo de produção comunista é um processo que se inicia com a destruição do Estado burguês – exército, polícia, todo o aparelho repressivo, burocracia, sistema jurídico-político, – sob a direção do proletariado e que termina com a livre organização dos produtores associados. É preciso enfatizar: o Estado não pode ser tomado e colocado a serviço dos interesses do proletariado. O Estado não é uma “coisa” que possa ser manipulada à vontade. O Estado é um conjunto de forças sociais separado de toda a população e que se corporifica em instituições como o Exército, a burocracia, a polícia, o sistema judiciário, o parlamento, etc. Este conjunto de forças sociais, assim constituído brota da propriedade privada e tem, por sua essência, a função de defendê-la. Para cumprir essa função, este conjunto de forças sociais atua como se estivesse acima e como se fosse distinto do restante da sociedade. Este “complexo” só tem uma serventia, apenas pode cumprir uma função social: a defesa da propriedade privada.

A função do Estado moderno, por sua vez, não importa em que mãos esteja e quais sejam as suas formas é, em sua essência, garantir a reprodução do capital. Independente de qual partido político esteja no poder ou das intenções pessoais dos ocupantes de seus cargos, o Estado está, em última análise, a serviço do capital. Os ocupantes de seus postos de alto comando são “personificações” do capital. Mesmo o Estado democrático, como já vimos, nada mais é do que uma forma específica de atendimento dos interesses do capital.

Por isso, na transição para o comunismo, o Estado já não será o Estado no sentido típico, mas, como Marx, Engels e Lenin enfatizam. Será o conjunto da classe trabalhadora cumprindo as duas tarefas essenciais (e, claro, articuladas) deste período. Por um lado

é preciso reorganizar a totalidade das atividades sociais. Por outro lado, também é preciso reprimir os esforços reacionários da burguesia, pois a antiga classe dominante, ao perder o poder, envidará todos os esforços para derrotar a revolução. Segundo Engels, este «Estado» já não deveria mais ser chamado de Estado, mas de Comuna, pois já não se trata de forças sociais separadas da sociedade, mas da reabsorção dessas forças pelo conjunto daqueles que estão engajados na transformação radical do mundo. Deste modo, os revolucionários não constituirão instituições - políticas, jurídicas, militares - separadas deles mesmos. Eles mesmos, em sua totalidade, assumirão aquelas tarefas que antes eram típicas do Estado.

A transição se completa com o fencimento, o desaparecimento, do Estado. Uma vez eliminada a propriedade privada e as classes sociais já não haverá necessidade nem mesmo desse «Estado» (Comuna), pois terão desaparecido as razões da sua existência. A partir daí, a sociedade, transformada em uma autêntica comunidade humana, se auto-administrará, exercendo todas as atividades necessárias à sua reprodução.

Em *A guerra civil na França* (Primeiro rascunho), Marx acentua esse caráter da Comuna de reabsorção das forças políticas. Diz ele:

A Comuna - a reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e subjugam, constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão - , a forma política de sua emancipação social, no lugar da força artificial (apropriada por seus opressores) (sua própria força oposta a elas e organizada contra elas) da sociedade erguida por seus inimigos para sua opressão. (Marx, 2011:129).

Todavia, Marx também acentuou que a Comuna não era ainda propriamente a alma da revolução, mas apenas a “forma política” encontrada pelos revolucionários para permitir a plena emancipação do trabalho. A Comuna é um meio, não o fim.

Além disso, também enfatizou que a plena emancipação do trabalho não se daria pela simples posse dos meios de produção pelos trabalhadores. Faz-se necessária uma profunda transformação de todo o sistema produtivo de modo a que o próprio trabalho (a transformação da natureza) se torne uma atividade que contribua para a autoconstrução autenticamente humana dos homens. Como ele diz, de novo na *Guerra civil na França* (Primeiro rascunho):

As classes trabalhadoras sabem que tem de passar por diferentes fases da luta de classe. Sabem que a substituição das condições econômicas da escri-

vidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança da distribuição, mas uma nova organização da produção ou, antes, requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual), libertando-as dos grilhões da escravidão, de seu atual caráter de classe - e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e internacional. (Marx, 2011:131-132).

A transição se inicia, pois, pela reabsorção das forças políticas pelo conjunto dos revolucionários, devolvendo a elas o seu caráter essencial de forças sociais.

Marx nunca chamou esse período de socialismo. Ele apenas afirmou, na *Crítica do programa de Gotha* (1971:30), que entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista situa-se o período de transformação revolucionária de uma na outra.

A transição ao comunismo se inicia, como afirmamos acima, pela quebra do poder do Estado pelos revolucionários. Ela se inicia, portanto, por um ato político. Contudo, a construção de uma sociedade comunista requer, de modo imperativo, a substituição do trabalho proletário pelo trabalho associado. Essa é a alma social da revolução. Sem essa mudança essencial na forma do trabalho não haverá, de fato, revolução proletária. O trabalho associado terá por função histórica realizar o “milagre” de converter em abundância para toda a humanidade a superprodução produzida pelo capitalismo.

1. O trabalho associado

No comunismo, todos os indivíduos contribuirão, na medida das suas possibilidades, para realizar as diversas atividades necessárias à reprodução social. Com isso, a jornada de trabalho diminuirá de forma muito rápida e significativa. Com o fim da propriedade privada, do dinheiro, da compra e venda de mercadorias, da burocracia, da indústria bélica, do Estado, das forças armadas, de todas as formas de proteção da propriedade privada, etc., uma enorme quantidade de força de trabalho poderá ser dirigida diretamente para a produção. Essa maior oferta de força de trabalho, em sua forma de trabalho associado, permitirá uma ampla multiplicação das forças produtivas. A redução da jornada de trabalho para um ou dois dias por semana poderá ser alcançada já nas primeiras etapas da transição. No médio prazo, digamos alguns anos, a jornada de trabalho irá diminuir ainda mais. Deve-se observar, porém, que não se trata apenas de aumentar a quantidade, mas também, e ao mesmo tempo,

adequar a produção às necessidades autenticamente humanas e não àquelas da reprodução do capital.

Isso apenas será possível se todos os indivíduos cooperarem voluntária e organizadamente. Por sua vez, isso requer que a produção atenda, efetivamente, em quantidade e qualidade, às necessidades de todos. Daí ser a abundância condição absolutamente imprescindível para o comunismo. O produto do trabalho de toda a humanidade deve pertencer a toda a humanidade (isto é a «propriedade social» de que falava Marx) e o critério de sua distribuição deve ser a necessidade de cada indivíduo. Como os indivíduos são diferentes, possuem necessidades que também são diferentes. Como todas as necessidades são igualmente humanas, todos os indivíduos precisam ter todas as suas necessidades satisfeitas. Uma distribuição da produção que possibilite que todos se abasteçam dos produtos coletivos segundo suas necessidades deve substituir o mercado.

É importante, porém, lembrar que a construção de uma nova sociedade – comunista – implica, necessariamente, a transformação dos próprios indivíduos e, portanto, a criação de novas necessidades e de novas formas de satisfação dessas necessidades no plano individual. A revolução é uma revolução porque transforma inclusive a natureza dos indivíduos. As possibilidades e as necessidades da vida cotidiana serão de tal qualidade que o mercado já não poderá nem atendê-las nem explorá-las, do mesmo modo como a forma burguesa de ser dos indivíduos não poderá dar conta das novas necessidades nem poderá explorar as novas possibilidades que lhes são abertas. Agora, “...o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” (Marx, 2008:46).

A concorrência de todos contra todos, a forma de sociedade na qual o homem é o lobo do próprio homem, nem atende mais às necessidades nem pode explorar as possibilidades do novo momento histórico. Para que o trabalho seja realizado por todos e para atender as necessidades de todos, é imprescindível que o processo produtivo seja conscientemente organizado por toda a humanidade. O trabalho será então orientado por toda humanidade. Esse é o trabalho associado: um trabalho livre, consciente, coletivo e universal.

Mészáros, em *Para além do capital*, a partir dos *Grundrisse* (os rascunhos dos anos de 1857-8 de Marx para *O Capital*), argumenta que a categoria econômica central do trabalho associado é o “tempo disponível”, e não mais a lucratividade (mais precisamente, o alienado tempo de trabalho socialmente necessário, o valor de troca). O controle livre, consciente, coletivo e universal do trabalho propiciará

um enorme tempo livre, disponível para as mais elevadas realizações da humanidade (arte, diversão, conhecimento, etc.), para o “reino da liberdade”. Não se viverá mais para produzir, mas se produzirá para viver. As necessidades humanas serão a razão do trabalho substituindo, assim, o lucro. As necessidades humanas e não mais as necessidades da propriedade privada comandarão a produção.

Sem a mediação da propriedade privada burguesa (o capital, o lucro, o mercado, o dinheiro, etc.), as forças produtivas retornarão a ser a capacidade de a humanidade fazer a sua história. Como afirma Engels:

Ao apoderar-se socialmente dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre o produtor. (...) O conjunto de condições de vida que rodeiam o homem e até agora o dominavam, passa, por fim, a estar sob o domínio e orientação dos homens. Que pela primeira vez chegam a ser os donos conscientes e verdadeiros da natureza, em virtude de serem os amos da sua própria organização social. As leis da sua própria ação social que, até aqui lhe eram alienadas e o dominavam como leis naturais, são desde então aplicadas e dominadas pelo homem com pleno conhecimento. (...) As forças objetivas e alienadas que até então dominavam a história, passam ao controle dos próprios homens. A partir desse momento, os homens farão a sua história plenamente conscientes. (Engels, 1971:347, com algumas correções a partir do alemão, *Werke*, vol 20:264-5).

A fase em que o desenvolvimento das forças produtivas requeria a destruição (pela exploração) de uma parte da humanidade ficará na “pré-história”. Entre as relações de produção e as forças produtivas não haverá mais qualquer antagonismo. O que for produzido por todos será para todos. O desenvolvimento da humanidade exigirá e possibilitará o desenvolvimento de todos os indivíduos.

A alienada divisão social do trabalho, surgida com a propriedade privada e que requer a “oposição como inimigos” (Marx, 1985:105) do trabalho intelectual e do trabalho manual, será superada. Uma divisão de tarefas, coletivamente organizada e conscientemente adotada, superará a atual divisão entre cidade e campo, entre indústria e agricultura, entre uma classe dominante e os dominados. O Estado, o organismo especial de repressão sobre os trabalhadores, desaparecerá. Em seu lugar, uma forma muito superior de organização coletiva ordenará a produção e a distribuição. A cooperação substituirá a concorrência. Não haverá mais fronteiras, nem países (nem, obviamente, guerras). Será a “Internacional”, como canta o hino comunista.

Com a diminuição da jornada de trabalho para poucos dias por se-

mana e, depois, para ainda menos, a criação dos filhos e as atividades domésticas passarão por outra forma de organização. Tais atividades serão tão coletivas e cooperativas quanto o será a vida em geral. A família monogâmica, esta aliada fiel da propriedade privada, estará com seus dias contados. Os amores serão eternos, ou não, “exclusivistas” (como queria Engels) ou não, dependendo apenas dos envolvidos. A liberdade do indivíduo na sociedade será também um patamar superior de liberdade na relação do indivíduo consigo próprio e com seus entes amados.

Com as necessidades humanas movendo a produção, a relação com a natureza se altera de modo essencial. A exploração das riquezas naturais far-se-á de tal modo que não coloque em risco a própria sobrevivência da humanidade. Esta não mais terá na natureza um ente inerte para ser convertido em lucro. Pelo contrário, a natureza, agora sim, se converterá no autêntico “corpo inorgânico” do ser humano (Marx, 2004: 84).

Esse é o “milagre” a ser realizado pelo trabalho associado: a superprodução, que no capitalismo inviabiliza o desenvolvimento das forças produtivas, será convertida na abundância da sociedade comunista. Libertado das amarras da exploração, o homem entrará na história propriamente humana. O trabalho associado fundará uma nova forma de sociedade, um novo modo de produção, uma nova vida cotidiana, uma nova organização da humanidade no planeta, uma nova relação com a natureza, em resumo, uma nova formação social. Essa é o comunismo. No belíssimo resumo de Marx, na *Crítica do Programa de Gotha*:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio na primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiverem também aumentado e todas as fontes da riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” (Marx, 1971:21).

Como se pode ver, após todo esse percurso, o comunismo não é um ideal, uma utopia²⁹, uma aspiração generosa, nem apenas uma “ideia reguladora”, um “horizonte sem fim”, mas uma possibilidade real, um modo de produção capaz de, ao superar as alienações fundadas na propriedade privada, abrir para a humanidade o “reino da liberdade”.

²⁹ De *u-topos*, um “não lugar”, isto é, aquilo que não existe nem pode existir.

Resumo do capítulo

1. A transição ao comunismo se inicia por um ato político que é a destruição do Estado burguês e a reabsorção das forças políticas pelos revolucionários. Pela sua natureza e função social, o Estado jamais pode ser simplesmente tomado e posto a serviço dos interesses da classe trabalhadora. Por isso, esse novo “Estado” já não deveria, segundo Engels, nem ser chamado de Estado, mas de Comuna.

2. A transição se completa com uma mudança radical da forma do trabalho, substituindo o trabalho proletário e assalariado pelo trabalho associado. Essa substituição implicará uma profunda transformação na própria forma do trabalho e não apenas a apropriação das forças produtivas desenvolvidas pelo capital.

3. Esse novo patamar alcançado pela humanidade é o modo comunista de produção, a autêntica emancipação humana, quanto, então, os homens serão verdadeiramente senhores da sua história.



Conclusão

Como texto de introdução, não pretendemos com ele mais do que despertar o leitor para a importância da discussão acerca do papel do proletariado em nossa história. Não esgotamos sequer os argumentos mais importantes, nem expusemos muito das teorias contemporâneas que concluem que o proletariado não é mais o sujeito revolucionário. Assumimos, de antemão, as limitações deste texto.

Isto posto, queremos concluir chamando a atenção do leitor para o fato de que, sendo minimamente rigorosos, nenhum argumento novo foi trazido ao debate nas últimas quatro ou cinco décadas. Desde os idos de 1960, até os dias em que escrevemos, os argumentos acerca do fim do papel revolucionário do proletariado podem ser agrupados em duas grandes hipóteses.

A primeira delas: o desenvolvimento do modo de produção capitalista teria levado ao fim do proletariado. Isto teria ocorrido, dependendo do autor, por uma ou mais das três razões abaixo:

1) porque a automatização e a automação conduziriam ao fim do trabalho manual e, portanto, do trabalho proletário;

2) porque a elevação do padrão de vida e de consumo dos operários os estaria transformando em uma nova classe média. Com isto, embora continuem fazendo na fábrica o trabalho manual, na reprodução global da sociedade os proletários seriam mais uma classe média do que um sujeito revolucionário;

3) porque o desenvolvimento da sociedade capitalista teria estendido o capital a todos os poros da vida social. A contradição hoje se daria entre a totalidade do trabalho e a totalidade do capital. Isto, ou teria acabado com a distinção entre o proletariado e os demais assalariados ou teria ampliado o trabalho para além do intercâmbio material com a natureza. O assalariamento seria hoje o critério deci-

sivo na distinção das classes sociais. Em que pese as enormes diferenças entre os autores que se apoiam neste argumento, todos eles se aproximam ou se identificam com a tese de que o operariado e os trabalhadores da época de Marx teriam se fundido em uma única e mesma classe social.

O proletariado, tal como Marx o conceituou, teria perdido a sua especificidade de classe, quer pela sua dissolução no seio dos assalariados em geral, quer pela ampliação do trabalho proletário até se confundir com todo e qualquer trabalho assalariado. Com esta perda de especificidade do proletariado, o sujeito revolucionário e, portanto, a revolução não mais poderiam ser aqueles concebidos por Marx e Engels.

Além disso, a perda da especificidade de classe do proletariado gera um grave problema teórico, simplesmente ignorado na maior parte das vezes. As classes de uma sociedade não existem em si e por si. Elas são relações sociais e apenas existem na relação com as outras classes. Os senhores feudais e os senhores de escravos apenas existiam como partes integrantes do processo de exploração dos servos e escravos. Analogamente, a burguesia tem sua identidade de classe determinada pela sua relação de exploração dos trabalhadores em geral e do proletariado em particular. A perda da especificidade de classe de uma das classes fundamentais não pode deixar de ter fortes e importantes repercussões na outra classe fundamental. Se o proletariado deixou de existir ou se passou a ser parte dos assalariados, uma alteração não menos profunda deveria ser verificada na burguesia. Tais hipóteses acerca do fim do proletariado, caso fossem consequentes, deveriam postular também o fim da burguesia ou, ao menos, uma mudança nela tão profunda quanto a da classe proletária. E, levando até às últimas consequências suas teses, se as duas classes fundamentais tivessem se alterado tão profundamente, a totalidade do modo de produção não mais poderia ser a mesma. O sistema do capital estaria conhecendo transformações em sua essência, estaria deixando de ser o que é.

Quer pela hipótese de sua dissolução entre os assalariados, quer pela da ampliação do trabalho proletário de modo a identifica-lo com o trabalho assalariado, afirmar o fim do proletariado sem afirmar ao mesmo tempo a superação do capital é, bem pesadas as coisas, um contrassenso.

Ao lado desta debilidade fundamental, o conjunto destas teorias exhibe ainda, do ponto de vista teórico, outra falha: desconsidera o que vem ocorrendo na estrutura produtiva do capital nas últimas

décadas. Os autores de tais hipóteses não são capazes de citar sequer um exemplo – um setor da economia, um ramo industrial, um país, etc. – em que o trabalho manual que converte a matéria natural em meios de produção ou de subsistência tenha deixado de ser o fundante da sociedade; tenha deixado de ser o “produtor” do capital, tal como delineado por Marx. O máximo que conseguem fazer é isolar uma pequena porção do processo produtivo da totalidade deste mesmo processo, tomando a parte pelo todo e, assim, isolando o que é fundante do que é fundado. O exemplo clássico na literatura das últimas décadas é o procedimento de Mallet na análise da refinaria da Caltex instalada em Bordeaux. Nela, pouco mais de 30 técnicos muito especializados, através de mecanismos elétricos e telas de TV, comandam as válvulas, a temperatura, a pressão nas canalizações, o fluxo do material, etc. Conclui Mallet: o trabalho manual foi substituído pelo trabalho intelectual do técnico que opera todo o refino de petróleo.

Todavia, o que acontece quando uma válvula precisa ser trocada, ou um sensor precisa ser substituído? O técnico especializado, por telefone, aciona uma das muitas pequenas empresas ao redor da refinaria que, então, envia seus trabalhadores manuais para trocar a peça defeituosa. O fato de este trabalhador manual não fazer parte da folha de pagamento da Caltex não significa que seu trabalho manual foi eliminado da estrutura produtiva. Análises posteriores da mesma Caltex em Bordeaux revelaram o que Mallet desconsiderara: uma significativa quantidade de trabalhadores manuais (que hoje chamaríamos de terceirizados) mantinha a refinaria funcionando. O trabalho manual não havia sido eliminado, como pregara Mallet, apenas fora estabelecida com ele uma nova relação de emprego mais lucrativa para o capital. Este, para escapar de greves e dos custos trabalhistas, agora terceiriza o mesmo trabalhador que antes assalariava.

Praticamente toda a literatura contemporânea, que afirma o fim do proletariado, ou não cita qualquer exemplo que a justifique, ou cria artificialmente exemplos que tomam uma parte do processo produtivo pela sua totalidade.

Dizíamos, acima, que os argumentos acerca do fim do papel revolucionário do proletariado podem ser agrupados em duas grandes hipóteses. Até aqui tratamos da primeira hipótese, a de que o proletariado estaria desaparecendo graças ao desenvolvimento do capitalismo.

A segunda hipótese persegue um caminho diverso: Marx teria definido o proletariado como a totalidade dos trabalhadores assa-

lariados. As demonstrações de como Marx teria identificado a totalidade dos assalariados com o proletariado variam muito pouco. Desconsideram todas as passagens em que Marx afirma o oposto, algumas das quais citamos neste texto. Ou, então, desautorizam os textos que Marx deixou acabados com os rascunhos que ele optou por não publicar. Em ambos os casos, temos interpretações parciais, superficiais e que deformam o fundamental da proposta revolucionária de Marx e Engels.

As teorizações podem ser mais ou menos simplistas, mais ou menos sofisticadas. Por exemplo, na famosa passagem do Livro I de *O Capital* em que Marx afirma: “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla sua troca material com a Natureza”, considera-se apenas a parte da frase que afirma ser o trabalho “um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla sua troca material com a Natureza”. Deixada de lado a afirmação de que “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza”, tudo o que “media, regula e controla” a troca material com a natureza passa a ser trabalho. Logo, o supervisor e o administrador são tão operários quanto qualquer outro. (Teixeira, 2012). Como o industrial, ao organizar a produção articulando capital, matérias-primas e força de trabalho, “media, regula e controla” a troca material com natureza, por que não seria ele também um proletário como outro qualquer? Que a burguesia é tão necessária à produção de mercadorias quanto o proletariado é uma decorrência do fato de a sociedade burguesa ser uma totalidade. Disto, contudo, não decorre que, no interior desta totalidade, o proletariado e a burguesia atendam a funções sociais equivalentes. A riqueza produzida pelo primeiro é fundante do capital. A burguesia é parte da porção parasitária da sociedade. E assim por diante.

Outras vezes, estas teorizações podem ser muito mais sofisticadas, como aquelas de Antonio Negri. Ele propõe que não foi a luta de classes que fez a transição do feudalismo ao capitalismo, mas sim a ação das “multidões” sob a influência do “amor pelo tempo por se constituir”. Esta última categoria, verdadeiramente misteriosa, teria convertido a luta proletária da primeira metade do século 20 em um processo de emancipação do trabalho pela afirmação do “trabalho imaterial”. Tal como a categoria anterior, esta também possui sua porção de mistério: consumir seria, no trabalho imaterial, tão produtivo quanto a própria produção! Tudo, consumo e produção, seria agora uma mesma e única coisa. Com o que – e aqui o terceiro grande mistério – estaria confirmada a tese de Marx (que ele pretende ti-

rar *de uma frase* dos *Grundrisse*) de que o comunismo se desenvolveria nos “interstícios” do capital e que, hoje, o que estamos vivendo é a transição ao comunismo por obra e graça do “amor pelo tempo por se constituir”. (Lessa, 2005)

Em todos estes casos, a operação teórica que se repete possui, apenas, duas variações. Retiram-se do contexto algumas frases dos textos marxianos ou utilizam-se os rascunhos para desautorizar o texto final deixado acabado por Marx. Apenas com operações falsificadoras desta ordem tem sido possível “demostrar” como para Marx a totalidade dos assalariados compõe o proletariado.

Para Marx, o proletariado não era sinônimo de trabalhador assalariado; e, no mundo em que vivemos, o proletariado não está desaparecendo. Para Marx, a revolução ou seria *proletária*, ou não haveria revolução alguma. Hoje, mais do que nunca, décadas de lutas e revoluções evidenciam o que Marx afirmou: sem o proletariado como sujeito, nenhuma revolução terá a potência para superar o capital.

Que o leitor, indo aos textos de Marx e Engels, bem como aos textos da literatura contemporânea, procure verificar até que ponto esta nossa posição é ou não justificada. Independente da conclusão a que o leitor chegar, se este texto estimular o estudo desta candente questão da teoria revolucionária, nosso limitado objetivo terá sido alcançado.



Bibliografia

Anderson, P. (1982). *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Ed. Afrontamento, Porto, Portugal.

Antunes, R. (1999) *Os sentidos do trabalho*. Boitempo, São Paulo.

Arcary, V. (2004) *As esquinas perigosas da história*. Ed. Xamã, S. Paulo.

Bales, K. (1999) *Disposable People, new slavery in the global economy*. UCA Press, Berkeley, USA.

Brunschwig, L. (1974). *A partilha da África Negra*. Afrontamento, Lisboa.

Claudin, F. (1985) *A crise do movimento comunista*. (em dois volumes) Ed. Global, São Paulo.

Davis, M. (2007) *Planeta Favela*, Boitempo, São Paulo.

Deutscher, I. (1960) *The Great Contest*, Oxford University Press, EUA.

Engels, F. (1971) *Anti-Dubring*. Ed. Afrodite, Porto, Portugal.

_____. (2010) *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Ed. Expressão Popular, São Paulo.

_____. Humanização do macaco pelo trabalho. In: (1976) *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª. Ed.

Fontes, V. (2008) “Marx, expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio”. *Revista Crítica Marxista*, n. 26, Ed. Unesp, São Paulo.

Goodall, J. [Lawick-Goodall, J. V.] (1971) *In the shadow of men*. Houghton Mifflin Co., Boston, EUA.

Gounet, T. (1999) *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*.

Boitempo, São Paulo.

Heather, P. (2006) *The fall of the Roman Empire*. Oxford University Press, Nova Iorque.

Henshilwood C, D’Errico F, Van Niekerk K, Coquinot Y, Jacobs Z, Lauritzen S-E, Menu M, and Garcia-Moreno R. (2011). “A 100,000-Year-Old Ochre-Processing Workshop at Blombos Cave, South Africa”. *Science* vol. 334 pp. 219-222.

Henshilwood, C.S, d’Errico, F. e Watts, I. (2009) “Engraved ochres from the Middle Stone Age levels at Blombos Cave, South Africa”. *Journal of Human Evolution*, volume 57, issue 1, July.

Kolko, G. (1994) *Century of War*. The New Press, Nova Iorque.

Landes, D. S. (2005) *Prometeu desacorrentado*. Editora Campus, São Paulo.

Le Quellec, J-L. (2008) “Rock art research in South Africa, 2000-2004” in Bahn, P. G, Franklin, n. e Strecker, M. (eds.) *News of the World*. Oxbow Books, Connecticut, EUA.

Leacock, E. (2010). “Posfácio: Introdução à edição estadunidense” in Engels, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Ed. Expressão Popular, São Paulo.

Leakey, R. (1996). *O povo do lago*. Editora da UNB, Brasília.

_____. (1999) *A Origem da Espécie Humana*. Ed. Record, São Paulo.

Lenin, V. (1979) “Prefácio”, in *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Ed. Global, São Paulo.

Lessa, S. (2005) *Para além de Marx? Crítica às teses do trabalho imaterial*. Ed. Xamã, São Paulo.

_____. (2011). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2ª. ed. Cortez, Ed. São Paulo.

_____. (2011a) “Trabalhador coletivo no Livro I de *O Capital*”. *Rev. Crítica Marxista*, nº 32, Ed. Unesp, São Paulo.

_____. (2012) *Para compreender a ontologia de Lukács*, 3a. edição, 2ª reimpressão. Ed. Unijuí.

_____. (2012a) *Mundo dos Homens*. 3a. edição, Instituto Lukács, São Paulo.

_____. (2012b) *Abaixo a família monogâmica!* Instituto Lukács, São Paulo.

Lessa, S. e Tonet, I. (2011) *Introdução à filosofia de Marx*. 2a ed. São Paulo: Expressão Popular.

Loureiro, Isabel (org.) (2008) *Socialismo ou Barbárie – Rosa Luxemburgo no Brasil*. editora Estação das Artes, São Paulo.

Lukács, G. (1979) *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas.

_____. (Vol I, 1976, Vol II, 1981) *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Ed. Riuniti, Roma.

Macpherson, C. B. (1965) “Post-Liberal-Democracy?” *New Left Review*, n.33, Londres.

Marx, K. (1975) *Das Kapital*. Ester Band, Dietz Verlag, Berlin.

_____. (1977) *Salário, preço e lucro*. Textos 3, ed. Sociais, S. Paulo.

_____. (1979b) *Capital*. Vol I, International Publishers, New York.

_____. (1983, Tomo I, 1985, Tomo II) *O Capital*. Vol I, Ed. Abril Cultural, São Paulo.

_____. (1993) *Manuscritos econômico-filosóficos*, Ed. Avante!, Lisboa.

_____. (2010) *Glosas Críticas imaginais ao artigo ‘o Rei da Prússia e a reforma social’ de um prussiano*. [Precedida por um rigoroso comentário de Ivo Tonet]. Expressão Popular, São Paulo.

_____. (2011) *A guerra civil na França*. Boitempo, São Paulo.

Marx, K. e Engels, F. (2009) *A ideologia alemã*. Ed. Expressão Popular, São Paulo.

Miliband, R. (1969) *The State in capitalist society- an analysis of Western system of power*. Weidenfeld and Nicolson, Londres.

Mondolfo, R. (1973) *O pensamento antigo*. Ed. Mestre Jou, São Paulo.

Musset, L. (1975) *The Germanic Invasions*. Pennsylvania State University Press, EUA.

Nagel, J. (1979) *Trabalho colectivo e trabalho improdutivo na evolução do pensamento marxista*. Lisboa, Ed. Prelo.

Rijali, D. (2007) *Torture and democracy*. Princeton University Press, New Jersey, EUA.

Roberts, S. (2011) “One in five New York City residents living in poverty”. *New York Times*, 22 de setembro.

Robinson, J. (1964) “The Final End of Laissez-faire”. *New Left Review*, n.26, Londres.

Singer, P. (2008) “Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx” in “Loureiro, I. (org.) *Socialismo ou Barbárie – Rosa Luxemburgo*

no Brasil. editora Estação das Artes, São Paulo.

Soboul, A. (1974) *História da Revolução Francesa*. Ed. Zahar, Rio de Janeiro.

Tavernise, S. (2011) “Soaring Poverty casts spotlight on ‘Lost Decade’”. *New York Times*, 13 de setembro.

Teixeira, K.G. (2012) “Questão de classe (social): o proletariado de Marx segundo Sérgio Lessa”. (klebergt@gmail.com) (mimeo)

Tonet, I. (2002) *Sobre o socialismo*. Curitiba, HDLivros.

Tonet, I. e Nascimento, A. (2009) *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo, Alfa/Omega.

Trotsky, L. (2007). *História da Revolução Russa*. Ed. Sundermann, São Paulo.

Wong, K. (2005) “O menor dos humanos”. *Scientific American Brasil*. Ano 3, n. 34, pp. 52-59, março.

OBRAS PUBLICADAS PELO INSTITUTO LUKÁCS

Abaixo a Família Monogâmica!, de Sérgio Lessa

Educação Contra o Capital, de Ivo Tonet

Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács, de Gilmaisa Macedo da Costa

Marx, Mézáros e o Estado, de Edivânia Melo, Maria Cristina Soares Paniago (Org.) e Mariana Alves de Andrade

Mézáros e a Incontrolabilidade do Capital, de Maria Cristina Soares Paniago

Mundo dos Homens: trabalho e ser social, de Sérgio Lessa

Proletariado e Sujeito Revolucionário, de Ivo Tonet e Sérgio Lessa

Racismo e Alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial, de Uelber B. Silva

Serviço Social e Trabalho: porque o serviço social não é trabalho, de Sérgio Lessa

Sobre o Socialismo, de Ivo Tonet

Trabalho, Educação e Formação Humana Frente à Necessidade Histórica da Revolução, de Edna Bertoldo, Luciano Accioly Lemos Moreira, Susana Jimenez (Orgs.)

Uma “Nova Questão Social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje, de Edlene Pimental